Superintendência do Desenvolvimento
da Amazônia - SUDAM

SUDAM

Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago de Tucuruí

2026

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Paulo Roberto Galvão da Rocha - Superintendente

Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável
Aharon Alcolumbre - Diretor

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Jorgiene dos Santos Oliveira - Diretora

Diretoria de Administração
Aline Dias Rossy – Diretora

Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos Fiscais e de Atração de Investimentos
Wilson Luiz Alves Ferreira - Diretor

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Coordenação Geral de Planejamento Regional

Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago de Tucuruí

Belém/PA

2026

2026 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM
Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil
CEP: 66.093-082
gabinete@sudam.gov.br
www.sudam.gov.br

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago de Tucuruí / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2026.

1. Planejamento Regional – Tucuruí (PA) 2. Desenvolvimnto Sustentável – Região do Lago de Tucuruí (PA) 3. Desenvolvimento Econômico Regional – Região Sudeste (PA) I. Título. II. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

CDU 711.2:502.131(811.5Tucurui)

Ficha catalográfica: Maria Selma de C. Pereira – CRB 2/864

EQUIPE TÉCNICA

SUDAM (Coordenação dos Trabalhos):

Jorgiene dos Santos Oliveira – Diretora

Benedito Barros Caldas – Coordenador-Geral

Vilmara Ferreira Salgado – Coordenadora

Karina Ferreira Castro Mesquita – Coordenadora

Adilton Pereira Ribeiro – Geógrafo

EQUIPE TÉCNICA SUDAM (Apoio):

Hugo Luiz Cordovil de Freitas – Assessor Técnico

Sandra Sueli Magalhães Melo- Assistente Técnico

Hélio Monteiro – Economista

Jakelyne Machado Lima da Silva – Analista de Sistemas

João Nepomuceno de Faria Pereira – Engenheiro Civil

Evanildes dos Santos Figueiredo – Secretária

Luan Henrique Piedade Xavier – Estagiário

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS TUCURUÍ

Suzielaine Leão Farias – Discente

Isabella Kauany Costa Fernandes – Discente

Rebeca Nascimento Araújo da Silva – Discente

APRESENTAÇÃO

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) exercem o princípio de que a participação social, a cooperação e trocas de experiências como necessárias para contribuir com desenvolvimento sustentável inclusivo no território amazônico.

Os Plano Integrados de Desenvolvimento constituem-se como um forte instrumento de planejamento territorial para as macros e microrregiões da Amazônia Legal assim como meios de execução das políticas na região. Isto ocorre porque estes planos detêm um olhar específico para os territórios que, em geral, não são captados pelas políticas macroeconômicas dos governos federal e estaduais.

Na construção destes planos, a participação social via escuta ativa no território, a cooperação e as trocas de experiências são os caminhos para a identificação das demandas prioritárias e para se chegar ao desenvolvimento sustentável includente e integrado a parti do território.

Para tanto, o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí (PIDSLT) vem apresentar propostas provenientes da escutas ativas realizadas no território por meio das instituições governamentais articuladas entre si e com a sociedade civil local, seguindo as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) vinculadas ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e ao Plano Estratégico Pará 2050, para contribuir com desenvolvimento da região do Lago de Tucuruí, no estado do Pará.

Neste aspecto o Plano Integrado a ser apresentado constitui-se em uma abordagem integrada entre planejamento, execução orçamentária e responsabilidade fiscal e social além da ambiental, ao assegurar que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para atender às demandas sociais dos atores locais.

Este documento irá apresentar a sistematização das demandas sociais aos quais os atores locais entendem como necessárias para promover o desenvolvimento sustentável dos municípios integrantes, por meio do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, estadual e federal, da conservação dos recursos naturais e da redução das desigualdades sociais.

Apresentar soluções a partir do território para os desafios identificados, unir esforços, governos e sociedade civil em torno de objetivos comuns é a principal proposta do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí.

Paulo Roberto Galvão da Rocha

Superintendente da SUDAM

LISTA DE SIGLAS

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Pará
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
ARTRAN	Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEC	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDAM
CORIFF	Comitê Regional de Instituições Financeiras Federais
CTD	Câmara de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Rurais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENIQ	Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade
ERT	Encontros Regionais Técnicos
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCID	Ministério das Cidades
MCOM	Ministério das Comunicações
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MINC	Ministério da Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MPOR	Ministério de Portos e Aeroportos
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

MTUR	Ministério do Turismo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGPM-BIO	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PIB	Produto Interno Bruto
PIDSLT	Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí
PMPA	Polícia Militar do Pará
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCTP	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPCD	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento
PRD	Plano Regional de Desenvolvimento
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RI	Região de Integração
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAF	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura
SEASTER	Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTET	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura

SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDUC	Secretaria de Educação
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SEIL	Secretaria da Infraestrutura e Logística
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAD	Secretaria de Planejamento e Administração do Pará
SEOP	Secretaria de Obras Públicas
SESPA	Secretaria de Estado da Saúde do Pará
SETUR/PA	Secretaria de Turismo do Pará
SFA/PA	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UHE	Usina Hidrelétrica
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
VSPEA	Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INFOGRÁFICO

Infográfico 1 – Dimensões do Plano 48
Infográfico 2 – Fluxograma Estratégico de Formulação do Plano 49
Infográfico 3 - Eixos do PIDSLT alinhados aos ODS. 51
Infográfico 4 - Resultado do trabalho coletivo para firmar a Missão, Valores e Visão do Plano. 53
Infográfico 5 - Modelo lógico 56
Infográfico 6 - Resumo estratégico Escutas ativas e Entregas por eixos. 59
Infográfico 7 - Modelo de governança 64
Infográfico 8 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação (M&A). 69

GRÁFICO

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população da RI Lago do Tucuruí. 24
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo na RI Lago de Tucuruí, Pará e no Brasil. 34
Gráfico 3 – Taxa de mortalidade infantil na RI Lago de Tucuruí, Pará e no Brasil. 35
Gráfico 4 - Evolução do PIB (a preços correntes) da RI Lago de Tucuruí. 38
Gráfico 5 - PIB por município em 2021 (R$ Milhões). 38

QUADRO

Quadro 1 – Estratégia de formulação e implementação do plano. 44
Quadro 2 – Relação entre o PRDA e os Ministérios Setoriais parceiros. 59
Quadro 3- Indicadores de monitoramento da implementação do PIDSLT 68

MAPA

Mapa 1 - Região de Integração do Lago de Tucuruí. 20
Mapa 2- Lago de Tucuruí após a construção da Usina Hidrelétrica de Energia - UHE Tucuruí. 21
Mapa 3 – Principais modais de transporte da RI Lago do Tucuruí. 28
Mapa 4 – Áreas institucionalizadas da RI Lago de Tucuruí. 40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente nos municípios da RI Lago de Tucuruí, Estado do Para e Brasil 2010 e 2022. 23
Tabela 2 –Dados de saneamento básico dos municípios da RI Lago de Tucuruí, Estado do Para. 30
Tabela 3 – Evolução do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil. 32
Tabela 4 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil. 32
Tabela 5 – Evolução do IDEB no Ensino Médio Regular dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil. 33
Tabela 6 - IDHM da Região do Lago de Tucuruí. 37
Tabela 7 - Incremento do desmatamento anual (Km²) - 2021 e Número de focos de calor - 2022..... 41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ 19
1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ 19
1.1.1 Aspectos locacionais 19
1.1.2 Aspectos demográficos 22
1.1.3 Aspectos fundiários 24
1.1.4 Infraestrutura 28
1.1.5 Educação e saúde 31
1.1.6 Economia e desenvolvimento 36
1.1.7 Aspectos ambientais 39
2. OBJETIVO 43
3. METODOLOGIA 47
4. MODELO LÓGICO 55
5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS 57
6. SISTEMA DE GOVERNANÇA 63
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 67
8. CONSIDERAÇÕES 71
REFERÊNCIAS 73
ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA A REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ 78
ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS DO PIDSLT 146
ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDSLT 149

INTRODUÇÃO

Desde 2023, o Governo Federal vem empreendendo um conjunto de ações e estratégias voltadas à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável entre as regiões do país. Em consonância com o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, esse movimento se consolidou com o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualmente em sua terceira versão, instituída pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

A PNDR tem como finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades que promovam o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das populações brasileiras, com ênfase nos territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica.

No contexto atual do planejamento federal, as diretrizes estratégicas encontram-se sistematizadas na Dimensão Estratégica do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que define como Visão de Futuro para 2027: *"Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades."* Entre suas diretrizes centrais destacam-se: promover a redução das desigualdades sociais e regionais, valorizar a diversidade cultural e territorial e potencializar a cooperação federativa.

Essas diretrizes mantêm estreita convergência com os princípios e objetivos da PNDR e dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs), servindo de base conceitual e operacional para os Planos Integrados de Desenvolvimento Sustentável Sub-regionais, entre os quais se insere o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí (PIDSLT).

No âmbito regional, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, instituiu a Sudam, autarquia federal responsável pelo planejamento, articulação e fomento de políticas públicas para a Amazônia Legal tendo como principal estratégia de atuação materializada por meio do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O PRDA é instrumento o principal de planejamento de médio e longo prazo que foca na redução das desigualdades, geração de emprego/ renda e na

promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal (SUDAM, 2023) orientando o uso dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de subsidiar a concessão de incentivos fiscais voltados ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável e integrado nos nove estados da Amazônia Legal.

O PIDSLT não surge como um instrumento concorrente ao PRDA, mas sim como um mecanismo complementar e sinérgico, concebido para aprofundar o processo de planejamento e execução de políticas em escala territorial específica. Enquanto o PRDA atua, quase que em sua totalidade, sobre projetos estruturantes de abrangência regional, o PIDSLT introduz uma metodologia inovadora de planejamento territorial participativo, fundamentada na escuta ativa direta de lideranças, gestores públicos locais e representantes de organizações da sociedade civil.

Essa metodologia permite captar demandas, percepções e prioridades que frequentemente não são contempladas por instrumentos de planejamento mais amplos, garantindo que as ações propostas respondam de forma mais precisa às realidades e potencialidades locais.

A estratégia metodológica adotada para a elaboração do PIDLT baseia-se em referenciais sólidos de planejamento público, incluindo o PPA 2024–2027, a PNDR, o PRDA, o Plano Estratégico Pará 2050, o PPA Estadual 2024–2027, os Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) entre outros instrumentos. O Plano possui recorte temporal de quatro anos, em alinhamento ao do PPA Federal, e poderá também orientar-se pelo próximo ciclo do PPA 2028-2031, com previsão de avaliação contínua de resultados, assegurando coerência entre as escutas ativas que serão formatadas em projetos para a execução.

A aderência do PIDSLT aos principais instrumentos nacionais e regionais de planejamento visa viabilizar a execução de demandas sociais priorizadas a partir de escutas ativas realizadas pelo governo estadual, órgãos federais de regulação regional, prefeituras e movimentos da sociedade civil organizada. O processo de construção do Plano envolveu ainda a realização de dois seminários sendo o primeiro de coleta e validação de demandas, etapas essenciais para o registro dos possíveis caminhos para atendimento dos anseios

sociais e o último para consolidação e prestação de contas e consolidação do trabalho executado.

O PIDSLT propõe, portanto, uma nova abordagem para o planejamento, fundamentada em ações e projetos estratégicos e prioritários, construídos a partir do diálogo com a sociedade civil, instituições públicas e privadas, instituições federais, estaduais, municipais, de ensino e pesquisa. A integração e a transversalidade das políticas públicas são os eixos centrais para a promoção do desenvolvimento sustentável e includente da região.

Em essência, o Plano adota uma lógica *bottom-up*, na qual as percepções e prioridades dos atores locais orientam a formulação das ações estratégicas, cabendo à Sudam e aos ministérios setoriais o papel de articular, apoiar e até mesmo implementar as iniciativas priorizadas.

Dessa forma, o PIDSLT constitui-se como um instrumento inovador, indutor e integrador, concebido para fortalecer a governança territorial e superar entraves históricos ao desenvolvimento regional. Ao promover a convergência entre planejamento, execução orçamentária e responsabilidade social, o Plano reafirma o compromisso do Estado brasileiro com um modelo de desenvolvimento inclusivo, participativo e respeitoso à diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia Legal.

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ

A Região do Lago de Tucuruí está localizada no sudeste do estado do Pará, é uma das mais importantes áreas hidrográficas e energéticas da Amazônia. O lago artificial foi formado a partir do barramento do rio Tocantins, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), entre os anos de 1975 e 1984 e possui cerca de 2.875 km² de área inundada, alterando profundamente as dinâmicas ecológicas e socioeconômicas da região. Com a criação do lago, houve uma modificação significativa da paisagem regional, com substituição de ecossistemas florestais por áreas alagadas. Segundo Fearnside (1999), essa transformação implicou em perda de biodiversidade, alterações no ciclo hidrológico e intensificação de processos erosivos em áreas desmatadas.

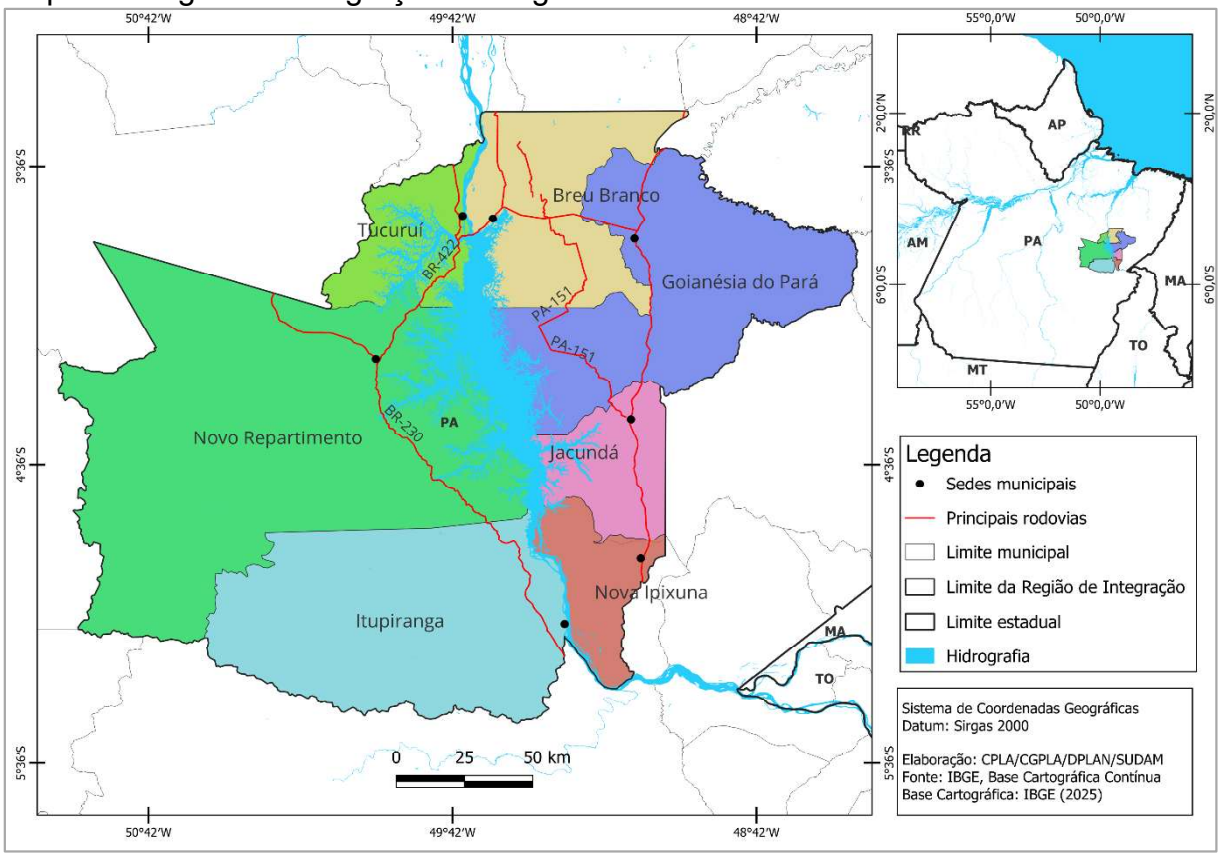
O processo de ordenamento territorial na região do Lago de Tucuruí é marcado por contradições entre o modelo de desenvolvimento energético e as práticas locais de uso da terra. Essa região é caracterizada por uma grande diversidade ecológica e cultural, reunindo populações tradicionais, pescadores, agricultores familiares e povos indígenas que vivem em estreita relação com o ambiente natural. A região também guarda importantes saberes tradicionais, transmitidos entre gerações, que refletem a convivência harmônica com o meio ambiente. Assim, o Lago de Tucuruí representa um espaço onde se entrelaçam desenvolvimento econômico, diversidade cultural e desafios de sustentabilidade, exigindo políticas que conciliem o uso racional dos recursos naturais com a valorização das comunidades locais.

1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ

1.1.1 Aspectos locacionais

A Região do Lago de Tucuruí é a 3ª menor Região de Integração do Estado do Pará, com área total de 39.901,47 km² e densidade demográfica de 10,94 habitantes por km² (FAPESPA, 2021). Sua composição territorial abrange sete municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí (Mapa 1), sendo este último a sede regional, com papel centralizador nas esferas administrativa, comercial e de serviços.

Mapa 1 - Região de Integração do Lago de Tucuruí.



Fonte: IBGE (2023).

O território é atravessado pelo rio Tocantins, o que fortalece seu papel logístico com o modal hidroviário, especialmente após a construção da Eclusa de Tucuruí, que conecta a navegação fluvial à infraestrutura rodoviária, favorecendo o escoamento da produção agropecuária, madeireira e mineral.

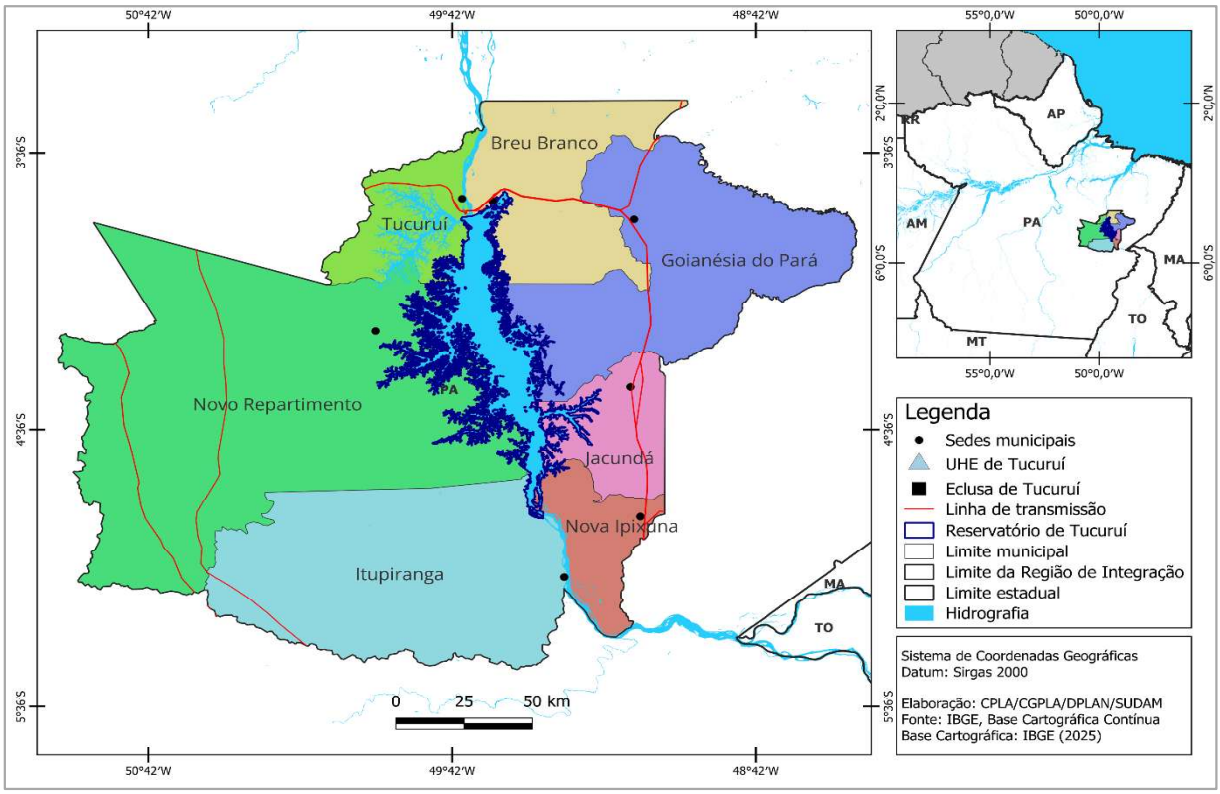
Segundo Becker (2005), a localização da Região de Integração de Tucuruí ilustra a lógica de ocupação da Amazônia baseada em grandes projetos de infraestrutura, que funcionam como vetores de desenvolvimento, mas também intensificam os desafios do ordenamento territorial e da gestão socioambiental sustentável.

A dinâmica demográfica da região foi fortemente influenciada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas décadas de 1970 e 1980, que atraiu um grande contingente de migrantes vindos de outras partes do Pará e de estados vizinhos, como Maranhão, Tocantins e Piauí. Esse processo resultou em um crescimento populacional acelerado e desordenado em alguns núcleos urbanos, com impactos na oferta de moradia, saneamento e serviços públicos.

A UHE Tucuruí está localizada na Bacia do Tocantins, no curso principal do rio Tocantins, no estado do Pará, cerca de 7,5 km a montante da cidade de Tucuruí e a 300 km em linha reta da cidade de Belém. O rio Tocantins com seu principal afluente, o Araguaia, constitui uma bacia própria, ora denominada Bacia do Tocantins, ora Bacia do Tocantins-Araguaia. Nascido no planalto central brasileiro, percorre grandes extensões recobertas por cerrados, antes de penetrar em áreas da floresta amazônica densa, já no estado do Pará, onde está situada a UHE Tucuruí. A energia gerada pela UHE Tucuruí (Mapa 2) é de 8.125 MW, em regime de operação por acumulação, com um reservatório de 2.875Km².

A construção do empreendimento se deu em duas etapas, sendo a primeira com início em 1976 e potência instalada de 4.000MW, operando em 1984 e a segunda com início em 1998, com a construção de uma segunda casa de força, cuja entrada em operação ocorreu em junho de 2006, o que permitiu uma ampliação da potência instalada em mais 4.125MW, levando a UHE a ser reconhecida como a quarta maior hidrelétrica do mundo naquela época.

Mapa 2- Lago de Tucuruí após a construção da Usina Hidrelétrica de Energia - UHE Tucuruí.



Fonte: Relatório Socioambiental PIRTUC - Eletronorte

A implantação da primeira fase da UHE Tucuruí, durante o período de 1976 a 1984, trouxe rápido crescimento demográfico e inerentes consequências sociais graves, com forte pressão sobre os serviços sociais básicos como saúde, energia elétrica, educação, saneamento, além de provocar a expansão das áreas urbanas municipais de forma não planejada. A situação se intensificou a partir das obras da segunda etapa da Usina, no período de 1998 a 2006, e também dos projetos de assentamento agrícola, implantados pelo INCRA, fatores que contribuíram significativamente para a ativação de um novo fluxo migratório para a região.

A Região de Integração do Lago de Tucuruí possui 3,2% (39.901,47km^2) da área territorial do estado do Pará e com 23,3% de suas terras protegidas, 87,39% de área com Cadastro Ambiental Rural – CAR (IBGE, 2023; FAPESPA, 2023).

1.1.2 Aspectos demográficos

De acordo com o Censo demográfico do IBGE (2022), a população da Região de Integração do Lago de Tucuruí era de 325.528 pessoas em 2022, representando um situação "sui generis", pois todos os municípios tiveram decréscimo em sua população entre os censos com uma taxa de redução de 9,41% em relação ao Censo de 2010 enquanto que o estado do Pará teve sua população aumentada em 7,12% e a do Brasil aumentou 6,45% no mesmo período (Tabela 1).

Um fator que pode explicar a redução populacional na região é o encerramento das atividades da ampliação da UHE Tucuruí em 2006, em que trabalhadores tendem a migrar para outras obras nas outras regiões do país.

Os municípios mais populosos são Tucuruí, Novo Repartimento e Itupiranga, enquanto que o menos populoso é Nova Ipixuna. Por outro lado, o município de Jacundá apresentou a maior taxa de redução populacional (26,58%), enquanto Novo Repartimento teve a redução de 2,12% em sua população residente (Tabela 1).

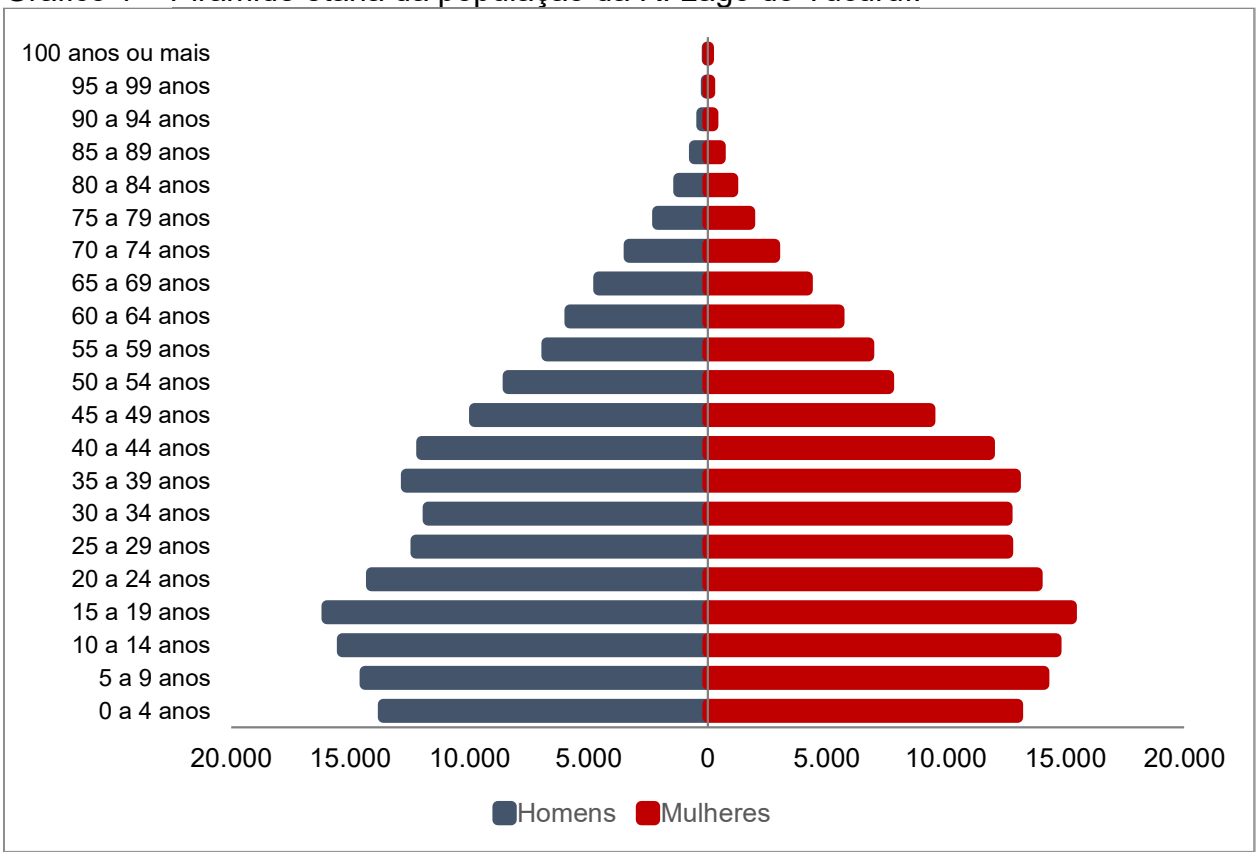
Tabela 1 – População residente nos municípios da RI Lago de Tucuruí, Estado do Para e Brasil 2010 e 2022.

Municípios	População 2022	População 2010	Variação percentual	Densidade demográfica (hab./km^2
Breu Branco	45.712	52 493	-12,92%	11,60
Goianésia do Pará	26.362	30 436	-13,39%	3,75
Itupiranga	49.754	51 220	-2,86%	6,31
Jacundá	37.707	51 360	-26,58%	18,78
Nova Ipixuna	13.955	14 645	-4,71%	8,92
Novo repartimento	60.732	62 050	-2,12%	3,94
Tucuruí	91.306	97 128	-5,99%	43,81
RI Lago de Tucuruí	325.528	359.332	-9,41%	8,16
Pará	8.120.131	7.581.051	7,12%	6,52
Brasil	203.062.512	190.755.799	6,45%	23,86

Fonte: IBGE, 2010,2022.

Atualmente, o formato da pirâmide etária possui base larga, corpo intermediário robusto e topo estreito, o que caracteriza uma população predominantemente jovem, porém em processo de envelhecimento gradual. A maior concentração populacional está entre as faixas de 15 a 39 anos, indicando um contingente expressivo da população economicamente ativa (Gráfico 1). O percentual de crianças e jovens, com idade até 14 anos, é de 26,14% da população em 2022. A população em idade ativa (15 a 64 anos) corresponde a 66,87% do total.

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população da RI Lago do Tucuruí.



Fonte: IBGE, 2022.

1.1.3 Aspectos fundiários

A ocupação ao longo da Rodovia Transamazônica — principal eixo viário que estrutura os municípios da Região do Lago de Tucuruí — ocorreu inicialmente a partir da expansão de vilas e centros urbanos já consolidados. Com a construção da UHE Tucuruí, esse processo se intensificou e levou ao surgimento de novas cidades formadas a partir de antigas vilas para receber a população deslocada pela formação do reservatório, como Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Jacundá, além de localidades como Nova Ipixuna e Goianésia do Pará. Esses novos núcleos urbanos passaram por um crescimento acelerado, absorvendo contingentes populacionais atraídos pelas oportunidades geradas pela implantação da usina.

Estudos realizado por Adami *et al*, 2020 descreve que, num raio de 30 km do reservatório, padrões de desmatamento se modificaram após a implantação da barragem, afetando diretamente as dinâmicas fundiárias e de ocupação. Tucuruí, em particular, vivenciou um expressivo aumento

populacional nesse período, tornando-se um dos principais polos de atração de trabalhadores de diversas partes do Brasil, especialmente do Nordeste.

Nas áreas ao redor, a pressão imobiliária aumentou de forma intensa, modificando a organização espacial urbana. Novos bairros foram surgindo e o município avançou em direção à Transamazônica — rumo a Novo Repartimento e Breu Branco — e também no sentido de Goianésia. Nesse processo de reconfiguração territorial, Tucuruí consolidou-se como o principal centro político e social da região, desempenhando papel estratégico na dinâmica regional.

A reconfiguração territorial desencadeada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí não apenas intensificou a expansão urbana e o adensamento populacional ao longo da Transamazônica, mas também aprofundou as fragilidades estruturais do ordenamento fundiário regional.

À medida que novas cidades emergiam, áreas eram reassentadas e a pressão demográfica avançava sobre as bordas do reservatório, consolidou-se um cenário no qual a ocupação acelerada não foi acompanhada pela necessária regularização da posse, da titulação e da destinação das terras.

Esse movimento simultâneo — de crescimento urbano rápido, influxo populacional intenso e ausência de um arcabouço fundiário consolidado — criou as condições para que a Região do Lago de Tucuruí se tornasse um território marcado por sobreposições de uso, disputas por propriedade, insegurança jurídica e transformação acelerada da paisagem, articulando de maneira direta as dinâmicas de ocupação às chamadas dinâmicas de posse e uso da terra.

Uma vasta mancha de terras públicas, assentamentos e áreas remanescentes de floresta foi reconfigurada, abrindo espaço tanto para processos de titulação e colonização quanto para sobreposições de uso, insegurança jurídica e conflitos de terra fatores esses que prejudicam o desenvolvimento local.

Nesse contexto, verifica-se que a presença de terras públicas não destinadas ou com destinação incerta que, na Amazônia representam um terreno propício à grilagem e à apropriação irregular, atua como motor de expansões de fronteira e de concentração fundiária.

Em estudo realizado por Adami *et al,* 2023 verificou que 44% do desmatamento amazônico entre 2019 e 2021 ocorreu em terras privadas, enquanto a parcela de desflorestamento em terras públicas não destinadas aumentou de 11% para 18%, o que evidencia a centralidade da insegurança de posse na erosão do capital natural.

No âmbito regional da usina, essa lógica se articula com a chegada de migrantes, reassentamentos e abertura de acessos viários e fluviais, alimentando uma economia fundiária marcada pela especulação imobiliária, fenômeno também associado a empreendimento como a hidrelétrica de Tucuruí.

De acordo com Oliveira Filho e Moraes (2025) descrevem que os efeitos socioambientais do empreendimento foram amplos e duradouros: deslocamento compulsório de mais de 23 mil pessoas; submersão de áreas florestais e de territórios indígenas; perda de biodiversidade; e alterações hidrológicas e microclimáticas. Deste modo, a falta de mecanismos de participação social e de garantias adequadas de compensação agravou o quadro, gerando conflitos e demandas judiciais que se prolongam até os dias atuais.

Além disso, os conflitos por terra, nas zonas de fronteira agrícola ou em torno de grandes projetos de infraestrutura, revelam-se como indicadores da mercantilização da terra e da conversão de floresta em ativo econômico.

A exemplo, a análise "Violência, conflitos por terra e a dinâmica da economia agrária na Amazônia brasileira" evidencia que tais disputas são manifestações dos mecanismos de produção da terra como mercadoria, e que municípios amazônicos assinalados por esse tipo de conflito muitas vezes coincidem com zonas de expansão agrícola ou de grandes empreendimentos (Escada *et al*, 2025).

No caso de Tucuruí, isso se entrelaça com o deslocamento de populações ribeirinhas, reassentamentos pouco assistidos e baixa adjudicação formal de direitos fundiários — fatores que comprometem a implementação de políticas fundiárias que articulem justiça social, conservação e uso produtivo sustentável.

A insegurança de posse e o uso ambíguo da terra têm implicações diretas para o ordenamento ecológico-territorial: áreas com titulação coletiva e

regimes diferenciados de posse tendem a apresentar menor pressão de desmatamento e melhores condições de manejo sustentável.

Um bom exemplo, os estudos recentes demonstram que os territórios com direitos coletivos bem estabelecidos (como Terras Indígenas demarcadas) propiciam crescimento de floresta secundária e reduzem a interrupção dos serviços ecossistêmicos, o que reforça a ideia de que o fortalecimento da segurança fundiária é um componente relevante de políticas sustentáveis (BARAGWANATH; BAYI, 2020).

Assim, a análise da dinâmica fundiária e da expansão urbana na Região do Lago de Tucuruí evidencia que os impactos derivados da construção da UHE transcendem a dimensão energética, articulando-se a processos históricos de ocupação irregular, fragilidade institucional e aumento da pressão sobre terras públicas e florestas.

Por isso, estudos recente demonstra que grandes obras de infraestrutura na Amazônia, quando inseridas em contextos de baixa governança territorial, tendem a intensificar conflitos fundiários, acelerar a conversão de florestas e ampliar desigualdades socioeconômicas, especialmente em municípios receptores de migrações e reassentamentos compulsórios (FLECK; LOUREIRO; SILVA, 2021; MONTEIRO *et al*., 2022).

Do mesmo modo, estudos têm reiterado que a insegurança de posse atua como vetor estruturante de desmatamento e grilagem, sobretudo em áreas próximas a rodovias, reservatórios hidrelétricos e zonas de expansão agrícola (REYDON *et al*., 2020; BRAGAGNOLO *et al*., 2021).

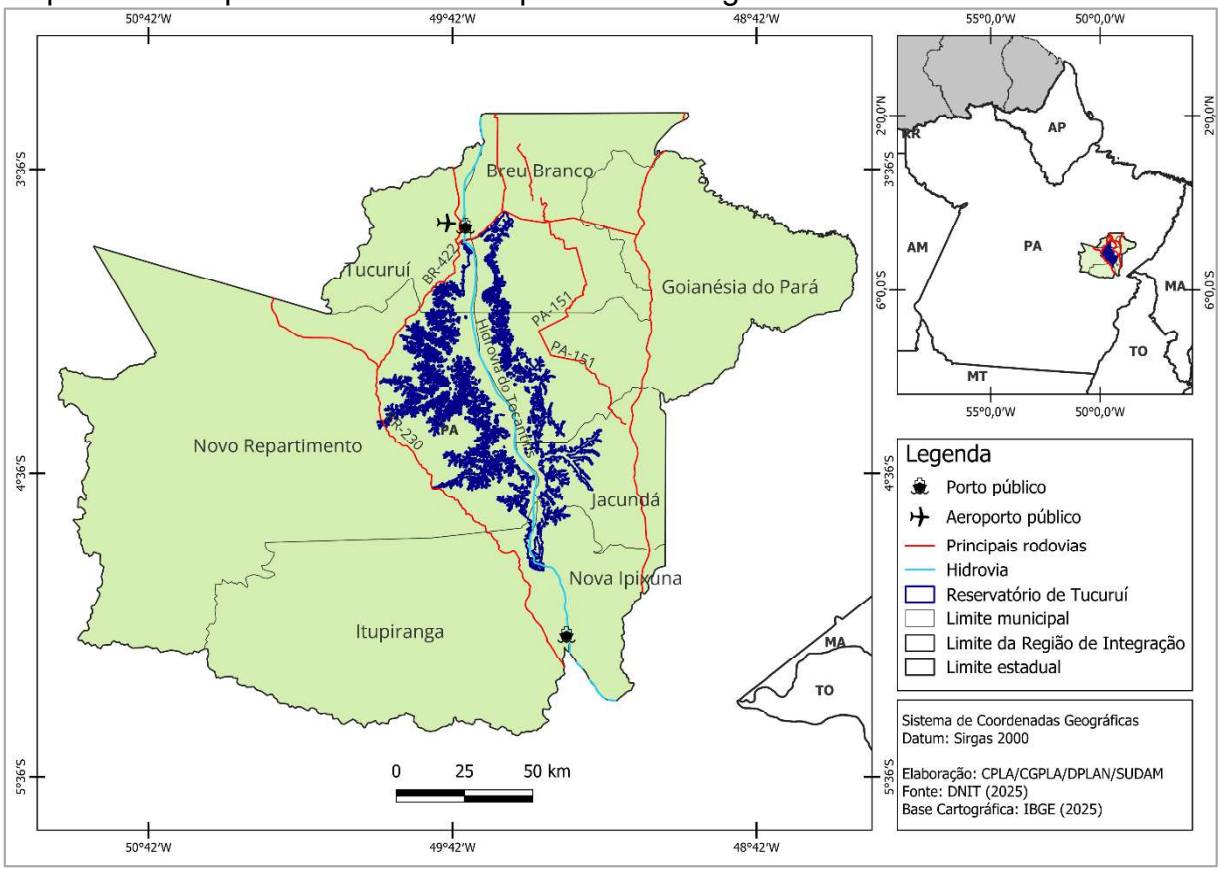
Dessa forma, os padrões observados no entorno de Tucuruí confirmam a relação direta entre ausência de regularização fundiária, especulação territorial e vulnerabilidade ambiental, o que reforça a necessidade de políticas integradas que articulem titulação, proteção de terras públicas e fortalecimento da governança local cuja condição é reconhecida na literatura como essencial para estabilizar fronteiras socioambientais e promover desenvolvimento regional sustentável (BARAGWANATH; BAYI, 2020; FEARNSIDE, 2020).

1.1.4 Infraestrutura

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) exerce papel central na configuração da infraestrutura regional, este empreendimento impulsionou o crescimento urbano e econômico do sudeste paraense desde a década de 1980. Sua presença molda o sistema energético, os fluxos logísticos e a configuração territorial dos municípios do entorno (Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Itupiranga, Jacundá e Goianésia do Pará).

A região abriga uma das maiores capacidades de geração de energia do país e desempenha papel estratégico na integração do sistema elétrico nacional. A UHT fornece energia ao subsistema Norte e sustenta cadeias produtivas regionais, no qual a conectividade regional depende majoritariamente da malha rodoviária (BR-230 e BR-422), que apresenta avanços de pavimentação, mas ainda sofre com manutenção deficiente e vulnerabilidade sazonal (Mapa 3).

Mapa 3 – Principais modais de transporte da RI Lago do Tucuruí.



Fonte: Elaborado pela CGPLA/SUDAM, com base em dados do DNIT e do IBGE (2025).

O potencial hidroviário da Região de Integração do Lago de Tucuruí é altamente promissor, sustentado pela infraestrutura da UHE Tucuruí, pela

posição geográfica estratégica e pela possibilidade de integração multimodal. Entretanto, sua efetivação depende de investimentos técnicos, ambientais e institucionais, incluindo dragagem, derrocagem, gestão de sedimentos e governança socioambiental.

Embora a Região de Integração do Lago de Tucuruí concentre uma infraestrutura estratégica de grande escala, ancorada na geração hidrelétrica e nos eixos rodoviários federais, essa centralidade energética e logística não se traduz de forma homogênea em melhorias na infraestrutura urbana básica dos municípios do entorno.

Segundo o Censo Demográfico 2022 os indicadores de saneamento básico nos municípios da Região, revelam uma situação heterogênea e desigual. O abastecimento de água por rede geral apresenta uma variação significativa entre os municípios, com o Estado do Pará registrando 48,9% de cobertura, enquanto os valores nos municípios são geralmente bem abaixo.

Tucuruí destaca-se com uma cobertura de 84,7%, o que sugere um nível de infraestrutura urbana mais desenvolvido em comparação com outros municípios da região. No entanto, municípios como Novo Repartimento (10,47%) e Goianésia do Pará (14,88%) têm cobertura de abastecimento de água muito limitada, indicando uma dependência de fontes alternativas e um considerável déficit de infraestrutura (Tabela 2).

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, os dados evidenciam um quadro ainda mais crítico. A cobertura de esgoto, que inclui redes gerais, pluviais ou fossas sépticas ligadas à rede, é extremamente baixa, com o Estado do Pará apresentando apenas 19,99% de cobertura.

Nos municípios, os percentuais são mais reduzidos, com destaque para Goianésia do Pará (2,10%) com o menor valor da (Tabela 2). O município de Tucuruí apresenta a maior cobertura de esgotamento sanitário da região, com 14,64%, ainda assim abaixo da média do estado. Esses números indicam um sério problema na infraestrutura de esgotamento sanitário na região, com uma grande parte dos domicílios carecendo de soluções adequadas para o tratamento de esgoto, o que tem implicações diretas para a saúde pública e o meio ambiente.

No que diz respeito ao acesso a banheiros exclusivos, os números são mais positivos, com a maioria dos municípios apresentando percentuais superiores a 90%. O município de Jacundá tem o maior valor, com 95,35% dos domicílios contando com banheiro exclusivo (Tabela 2). Já Novo Repartimento apresenta o menor índice, com 86,6%, ainda assim um valor considerável. Essa presença de banheiro exclusivo reflete uma melhoria nas condições habitacionais, embora não necessariamente seja acompanhada de uma infraestrutura de saneamento adequada.

Quanto a coleta de lixo apresenta-se uma variação moderada entre os municípios. Tucuruí se destaca com 91,57% de cobertura, seguido por Jacundá (87,89%), enquanto municípios como Nova Ipixuna (52,61%) e Novo Repartimento (56,32%) têm índices significativamente mais baixos, indicando desigualdade no acesso aos serviços de limpeza urbana (Tabela 2).

Tabela 2 –Dados de saneamento básico dos municípios da RI Lago de Tucuruí, Estado do Para.

Estado/RI/ Município	% domicílios com abastecimento de água (rede geral) (2022)	% domicílios com esgotamento sanitário (rede geral, rede pluvial ou fossa séptica ligada a rede) (2022)	% domicílios com banheiro exclusivo (2022)	% domicílios com coleta de lixo (2022)
Pará	48,90	19,99	91,08	78,08
Lago Tucuruí	29,16	8,65	91,08	70,20
Breu Branco	28,13	11,48	89,27	73,26
Goianésia do Pará	14,88	2,10	91,75	68,62
Itupiranga	17,64	5,44	91,4	61,16
Jacundá	30,98	10,41	95,35	87,89
Nova Ipixuna	17,33	8,23	87,88	52,61
Novo Repartimento	10,47	8,26	86,6	56,32
Tucuruí	84,7	14,64	95,34	91,57

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2022.

Os dados revelam um quadro de grande desigualdade regional no acesso aos serviços de saneamento básico. Enquanto Tucuruí apresenta uma infraestrutura relativamente mais desenvolvida, outros municípios da região, especialmente em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, enfrentam sérios desafios. Esses indicadores refletem a necessidade urgente de políticas públicas focadas na universalização dos serviços de saneamento para promover a saúde pública e o bem-estar dos habitantes da região do Lago de Tucuruí.

1.1.5 Educação e saúde

A evolução do IDEB na Região de Integração do Lago de Tucuruí evidencia avanços graduais na qualidade da educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental (Tabela 3), ainda que persistam desigualdades internas e um distanciamento em relação às médias nacional e, em alguns períodos, estadual.

Nos anos iniciais, observa-se tendência geral de crescimento dos índices entre 2011 e 2023, com destaque para municípios como Tucuruí, Novo Repartimento, Jacundá e Goianésia do Pará, que alcançam ou se aproximam das metas projetadas em determinados ciclos.

Já o município de Tucuruí apresenta desempenho consistentemente superior à média regional, mantendo IDEB acima de 4,5 a partir de 2015, embora ainda aquém da média nacional, que ultrapassa o patamar de 6,0 em 2023. Por outro lado, municípios como Itupiranga e Nova Ipixuna revelam oscilações e dificuldades em cumprir as metas estabelecidas, indicando fragilidades estruturais no processo de alfabetização e nos anos iniciais da trajetória escolar.

Nos anos finais do ensino fundamental, o desempenho educacional mostra-se mais crítico e irregular, configurando um dos principais desafios da educação regional. Em praticamente todos os municípios da RI Lago de Tucuruí, os índices observados permanecem sistematicamente abaixo das metas projetadas ao longo da série histórica, com pequenos avanços entre 2011 e 2021 e, em alguns casos, regressões em 2023 (Tabela 4).

Tabela 3 – Evolução do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil.

Anos Iniciais Ensino Fundamental	2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Breu Branco	4,1	3,5	3,6	3,8	3,9	4,1	4,4	4,4	4,4	4,7	4,4	5,0	4,6	-
Goianésia do Pará	3,7	3,5	3,8	3,8	4,4	4,1	4,5	4,4	4,5	4,7	4,7	5,0	4,4	-
Itupiranga	3,6	3,3	2,7	3,6	3,5	3,8	3,9	4,2	4,2	4,5	3,7	4,8	4,5	-
Jacundá	3,8	3,4	4,1	3,6	4,4	3,9	4,3	4,2	4,5	4,5	4,3	4,9	4,2	-
Nova Ipixuna	4,2	3,3	4,7	3,6	4,0	3,9	4,0	4,2	3,9	4,5	3,9	4,8	4,7	-
Novo repartimento	3,8	3,4	3,9	3,7	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	4,6	4,8	4,9	4,6	-
Tucuruí	4,5	3,7	4,2	4,0	4,6	4,3	4,6	4,6	4,7	4,9	4,8	5,2	4,5	-
Pará	4,2	3,5	4	3,8	4,5	4,1	4,7	4,4	4,9	4,7	4,9	5	5,1	-
Brasil	5,0	4,6	5,2	4,9	5,5	5,2	5,8	5,5	5,9	5,7	5,8	6	6,0	-

Fonte: IDEB, 2023.

Tabela 4 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil.

Anos Finais Ensino Fundamental	2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Breu Branco	3,8	3,4	3,1	3,8	3,0	4,2	3,6	4,4	3,5	4,7	4,7	5,0	4,0	-
Goianésia do Pará	3,0	3,1	2,6	3,6	3,1	4,0	3,2	4,2	3,4	4,5	4,4	4,8	3,1	-
Itupiranga	3,3	2,9	3,2	3,3	3,2	3,7	3,2	4,0	3,6	4,2	3,5	4,5	3,7	-
Jacundá	3,1	3,5	3,4	3,9	3,6	4,2	3,4	4,5	3,3	4,8	3,8	5,0	3,4	-
Nova Ipixuna	2,9	3,0	3,4	3,4	3,3	3,8	3,5	4,0	3,7	4,3	4,3	4,6	4,0	-
Novo repartimento	3,5	3,6	3,4	4,0	3,4	4,4	3,4	4,6	3,4	4,9	4,3	5,2	3,6	-
Tucuruí	3,7	3,4	3,9	3,8	3,9	4,2	3,6	4,4	4,0	4,7	4,5	5,0	4,1	-
Pará	3,7	3,8	3,6	4,2	3,8	4,6	3,8	4,8	4,1	5,1	4,4	5,3	4,4	-
Brasil	4,1	3,9	4,2	4,4	4,5	4,7	4,7	5	4,9	5,2	5,1	5,5	5,0	-

Fonte: IDEB, 2023.

Nos municípios de Breu Branco, Novo Repartimento e Tucuruí apresentam melhora relativa no período mais recente, mas ainda distantes dos valores de referência estadual e, sobretudo, nacional. Municípios como Goianésia do Pará, Jacundá e Itupiranga mantêm IDEB próximo ou inferior a 3,5 na maior parte do período analisado.

No ensino médio regular, a situação é ainda mais desafiadora, refletindo um padrão estrutural observado em grande parte da Amazônia Legal. Os índices do IDEB permanecem baixos em todos os municípios da região, com valores predominantemente entre 2,5 e 3,5 até 2021 (Tabela *5*), muito aquém das metas nacionais.

Tabela 5 – Evolução do IDEB no Ensino Médio Regular dos municípios da RI Lago do Tucuruí, Pará e Brasil.

Ensino Médio Regular	2017		2019		2021		2023	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Breu Branco	2,5	-	2,8	2,7	-	2,9	4,0	-
Goianésia do Pará	2,8	-	-	3,0	-	3,2	4,3	-
Itupiranga	2,8	-	3,0	3,0	2,3	3,2	3,9	-
Jacundá	2,3	-	2,7	2,5	2,4	2,7	4,1	-
Nova Ipixuna	3,2	-	-	3,4	-	3,7	4,1	-
Novo repartimento	2,6	-	3,1	2,8	-	3,1	4,1	-
Tucuruí	3,0	-	3,5	3,2	3,1	3,4	4,4	-
Pará	3,1	4,2	3,4	4,4	3,2	4,7	4,4	-
Brasil	3,8	4,7	4,2	5	4,2	5,2	4,3	-

Fonte: IDEB (2023).

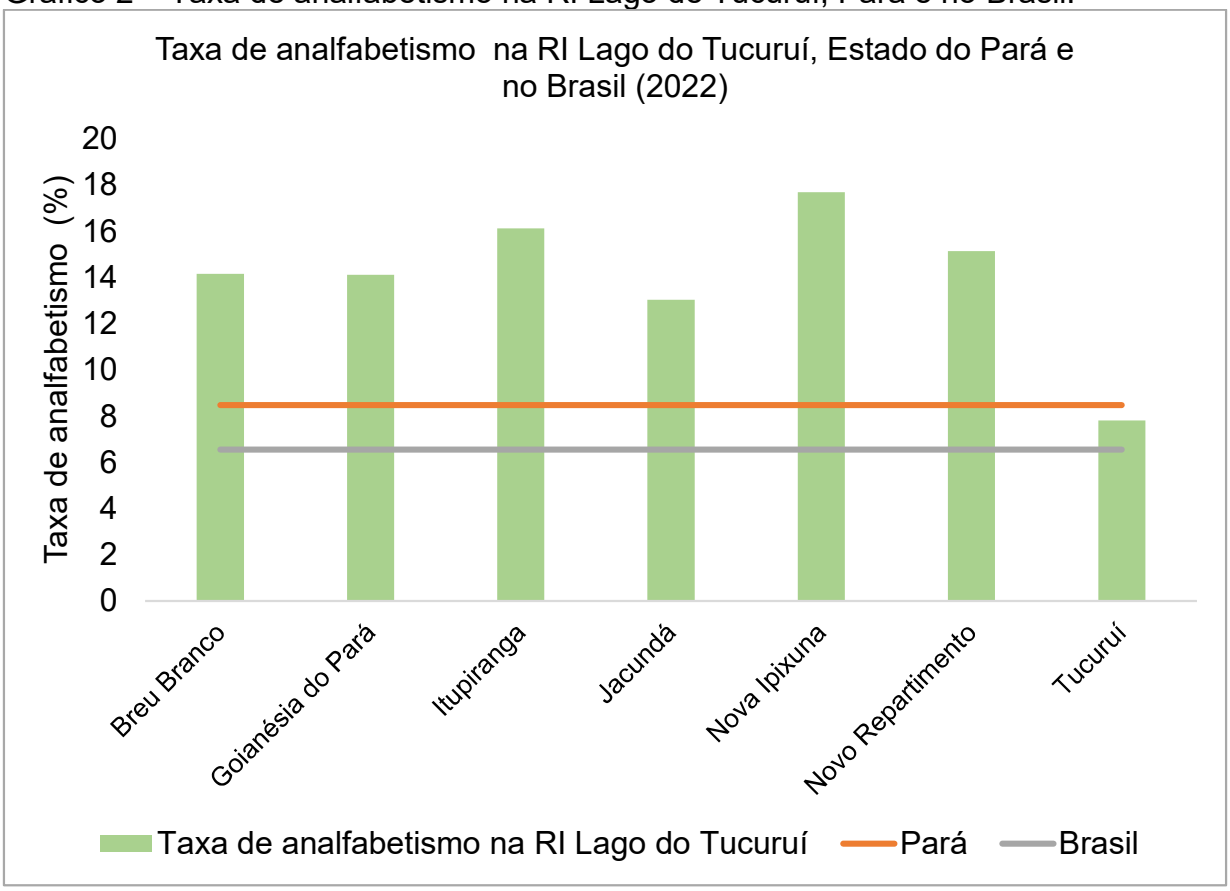
Embora em 2023 se observe uma elevação expressiva dos índices com valores acima de 4,0 em municípios como Tucuruí, Novo Repartimento, Jacundá e Breu Branco. Ainda assim, o ensino médio permanece como o segmento mais vulnerável do sistema educacional regional, marcado por elevados índices de abandono, defasagem idade-série e dificuldades de articulação entre educação e oportunidades de inserção produtiva local.

De forma integrada, os dados revelam que, apesar dos avanços nos anos iniciais, a educação na Região do Lago de Tucuruí enfrenta entraves estruturais nos anos finais do ensino fundamental e, sobretudo, no ensino médio,

configurando um desafio central para o planejamento regional. Essa dinâmica reforça a necessidade de políticas públicas territoriais articuladas, que integrem educação, mobilidade, infraestrutura urbana, condições socioeconômicas e estratégias de permanência escolar, especialmente em municípios fortemente impactados por processos de urbanização acelerada associados à Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em relação a taxa de analfabetismo dos municípios da RI Lago de Tucuruí evidencia um quadro de desigualdade educacional intrarregional e um descompasso significativo em relação às médias estadual e nacional. Com exceção do município de Tucuruí, todos os municípios da região apresentam percentuais de analfabetismo superiores à média do Pará (8,47%) e muito acima da média brasileira (6,55%), revelando persistentes limitações no acesso e na universalização da alfabetização (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo na RI Lago de Tucuruí, Pará e no Brasil.



Fonte: IBGE (2023).

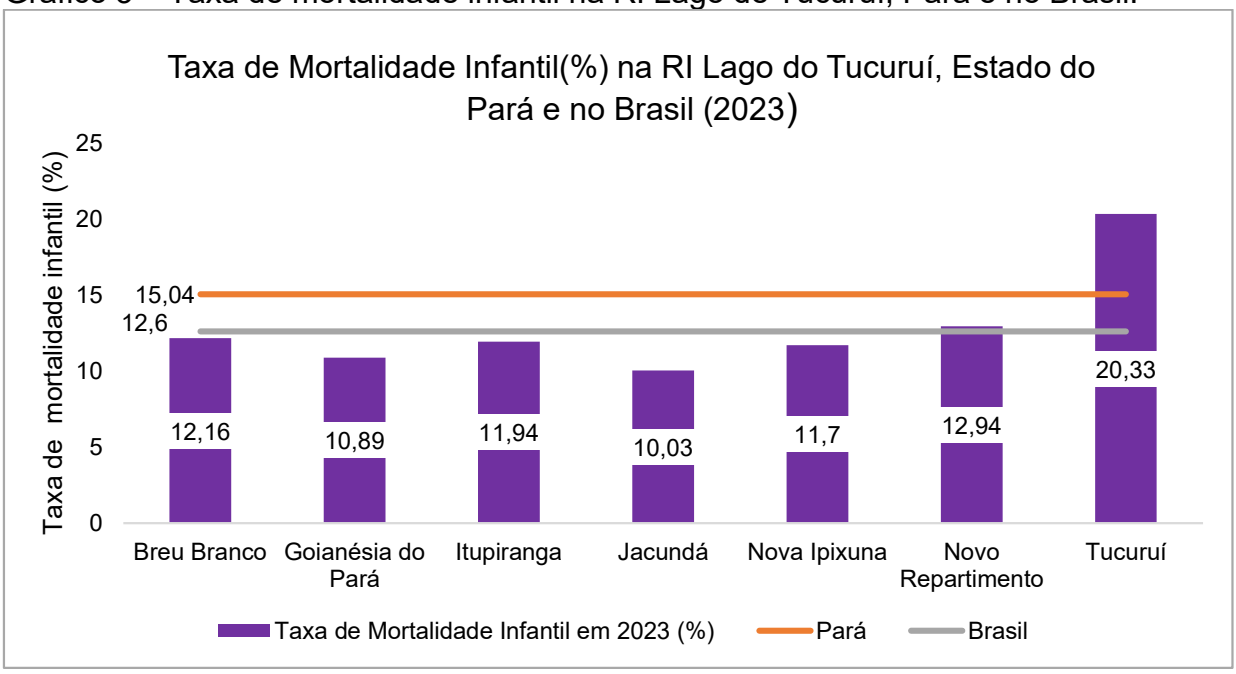
O município de Tucuruí se destaca como o município com menor taxa de analfabetismo da região (7,81%), aproximando-se do padrão estadual e nacional, o que pode ser associado à sua maior centralidade urbana, melhor

oferta de equipamentos educacionais e maior capacidade institucional. Ainda assim, o índice permanece ligeiramente acima da média brasileira, indicando que mesmo o principal polo urbano regional enfrenta desafios estruturais no campo da educação básica.

Na área da saúde, a RI do Lago de Tucuruí apresentou variação significativa na taxa de mortalidade infantil (Gráfico *3*). Em 2023, os valores municipais oscilaram entre 10,03% e 20,33%. O município de Tucuruí destaca-se com 20,33%, valor significativamente superior à média estadual do Pará (15,04%) e à média nacional (12,6%). Novo Repartimento (12,94%) e Breu Branco (12,16%) apresentam taxas próximas à média nacional. Esses valores sugerem a necessidade de aprimoramento das ações preventivas e de fortalecimento da atenção primária à saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

Os municípios de Itupiranga (11,94%), Nova Ipixuna (11,7%), Goianésia do Pará (10,89%) e Jacundá (10,03%) (Gráfico *3*) registram taxas inferiores às médias estadual e nacional; ainda assim, os valores permanecem em patamares que demandam vigilância contínua, considerando as condições socioambientais da região amazônica e os desafios logísticos de acesso aos serviços de saúde.

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade infantil na RI Lago de Tucuruí, Pará e no Brasil.



Fonte: IBGE Cidades (2023).

De forma integrada, os dados evidenciam que, embora parte dos municípios apresente desempenho melhor que as médias de referência, a mortalidade infantil ainda constitui um desafio estrutural para a Região de Integração do Lago de Tucuruí. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da atenção básica, à ampliação da cobertura do pré-natal, à qualificação da assistência ao parto e à redução das desigualdades territoriais no acesso aos serviços de saúde materno-infantil.

1.1.6 Economia e desenvolvimento

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) evidenciam um quadro de desenvolvimento humano intermediário e desigual na Região de Integração do Lago de Tucuruí, com valores municipais variando entre 0,528 e 0,666, todos inferiores à média nacional (0,727) e, em sua maioria, também abaixo da média do estado do Pará (0,646) (Tabela 6).

O município de Tucuruí apresenta o melhor desempenho regional, com IDHM de 0,666, situando-se acima da média estadual e destacando-se como o principal polo urbano e econômico da região. Esse resultado reflete maior concentração de infraestrutura, serviços e oportunidades associadas ao papel regional do município. Em seguida, Jacundá (0,622) também apresenta desempenho relativamente superior ao dos demais municípios da região, ainda que permaneça abaixo da média nacional (Tabela 6).

Em posição intermediária encontram-se Nova Ipixuna (0,581) e Breu Branco (0,568), ambos com IDHM classificados como médio, mas inferiores às médias de referência estadual e nacional. Esses valores indicam avanços pontuais nas condições de vida, porém insuficientes para reduzir de forma consistente as desigualdades socioeconômicas regionais. Goianésia do Pará (0,560) apresenta desempenho semelhante, reforçando a persistência de limitações estruturais associadas à baixa diversificação econômica e à restrita oferta de serviços qualificados (Tabela 6).

Os menores valores de IDHM são observados em Novo Repartimento (0,537) e Itupiranga (0,528), ambos significativamente abaixo das médias estadual e nacional. Esses municípios apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, com restrições mais acentuadas no acesso à educação, renda

e serviços de saúde, o que se relaciona diretamente à sua tipologia na PNDR, marcada por baixa renda e menor capacidade de dinamização econômica.

Tabela 6 - IDHM da Região do Lago de Tucuruí.

Município	IDHM (2010)
Breu Branco	0,568
Goianésia do Pará	0,560
Itupiranga	0,528
Jacundá	0,622
Nova Ipixuna	0,581
Novo Repartimento	0,537
Tucuruí	0,666
Pará	0,646
Brasil	0,727

Fontes: PNUD (2021).

Os dados reforçam que o desenvolvimento humano na RI do Lago de Tucuruí é marcado por assimetrias territoriais, exigindo políticas públicas integradas voltadas à ampliação do acesso à educação de qualidade, à geração de renda e ao fortalecimento dos serviços de saúde, especialmente nos municípios com menor IDHM.

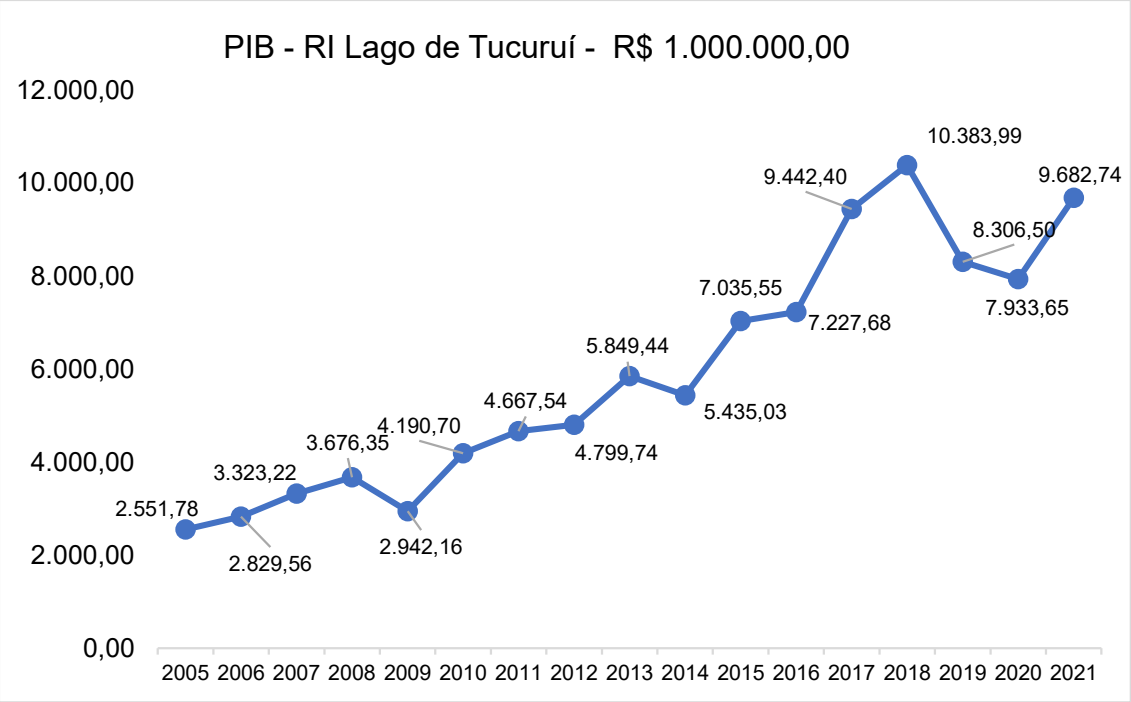
No que concerne, a economia da RI Lago de Tucuruí é baseada em atividades do setor primário como a agricultura destacando-se a extração de produtos da madeira, castanha de caju, arroz em casca e banana. Em termos de pecuária temos o rebanho bovino, ovino e o pescado são os mais significativos. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R$ 9,68 bilhões, o que representa cerca de 3,68% do PIB estadual e 0,12% do PIB nacional.

O setor industrial, em 2021, surge como o maior gerador de valor adicionado na região (48,08% do total), seguido da Administração Saúde e Educação com 21,51%, dos serviços com 16,43% e da agropecuária com 13,98%. O Gráfico 4 demonstra que o crescimento do PIB entre 2010 e 2020 foi de 164%, acima da média estadual (161%) e nacional (96%).

No entanto, a região ainda enfrenta desafios relacionados à geração de emprego e renda, à redução das desigualdades e à superação das condições de vulnerabilidade de sua população. O PIB por município está representado no

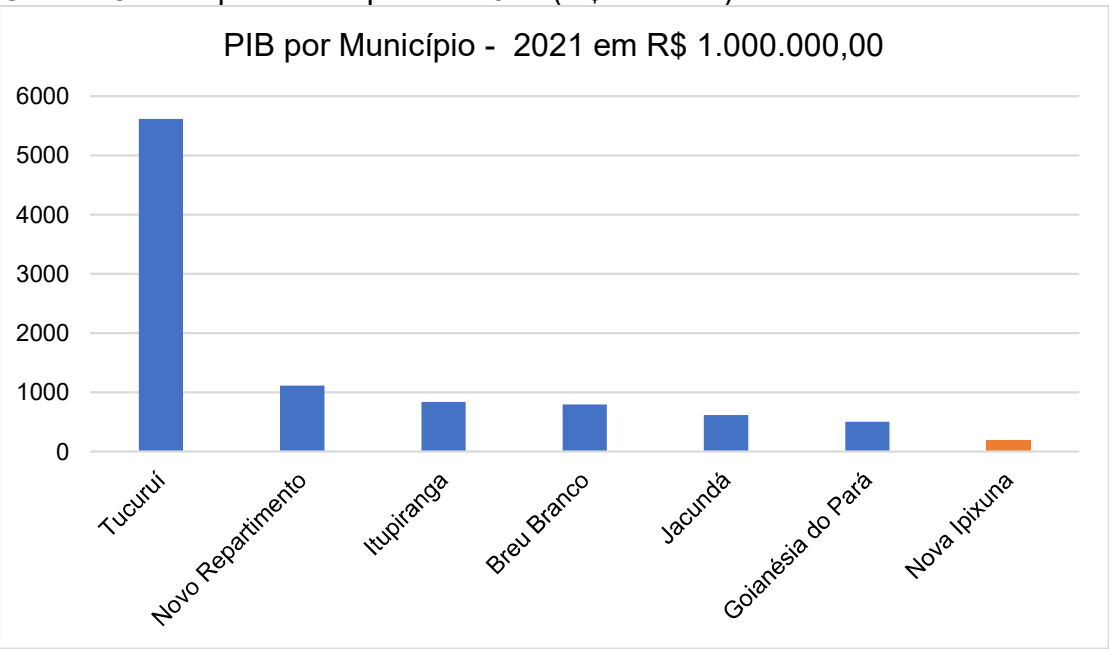
Gráfico 5, sendo que os municípios de Tucuruí (57,98%) e Novo Repartimento (11,54%) apresentam maior destaque e relevância em termos de PIB, representando quase 70% da produção da região. Por outro lado, o município de Nova Ipixuna (1,99%) apresentou o menor PIB da RI Lago de Tucuruí em 2021, alcançando R$ 192,61 milhões.

Gráfico 4 - Evolução do PIB (a preços correntes) da RI Lago de Tucuruí.



Fonte: IBGE, 2021

Gráfico 5 - PIB por município em 2021 (R$ Milhões).



Fonte: IBGE, 2021

1.1.7 Aspectos ambientais

O contexto ambiental da RI Lago de Tucuruí é fortemente marcado pelos impactos decorrentes do empreendimento hidrelétrico, uma vez que essa obra foi implantada em um período em que havia pouca ou nenhuma preocupação com os impactos ambientais.

Nesse contexto, os danos associados a essa grande intervenção foram subestimados ou, em alguns casos, desconsiderados. Como consequência, tornaram-se inevitáveis os impactos sobre a fauna aquática, resultando em alterações na composição e na abundância das espécies, com elevada proliferação de algumas e redução ou mesmo eliminação de outras.

Após o fechamento da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o trecho a jusante passou a registrar significativa redução dos estoques pesqueiros, especialmente do camarão, além do aumento da poluição da água e da diminuição do nível do rio, afetando diretamente a qualidade de vida das comunidades humanas locais e as condições de navegação.

A UHE de Tucuruí acidificou as águas que ficaram represadas, alterando a dinâmicas dos ecossistemas aquáticos e a precipitação pluviométrica da região, além de agravar o quadro de pobreza das populações diretamente e indiretamente afetadas, em decorrência da interrupção dos movimentos migratórios de peixes, do desaparecimento de algumas espécies e dos impactos sobre as relações de trabalho da população local.

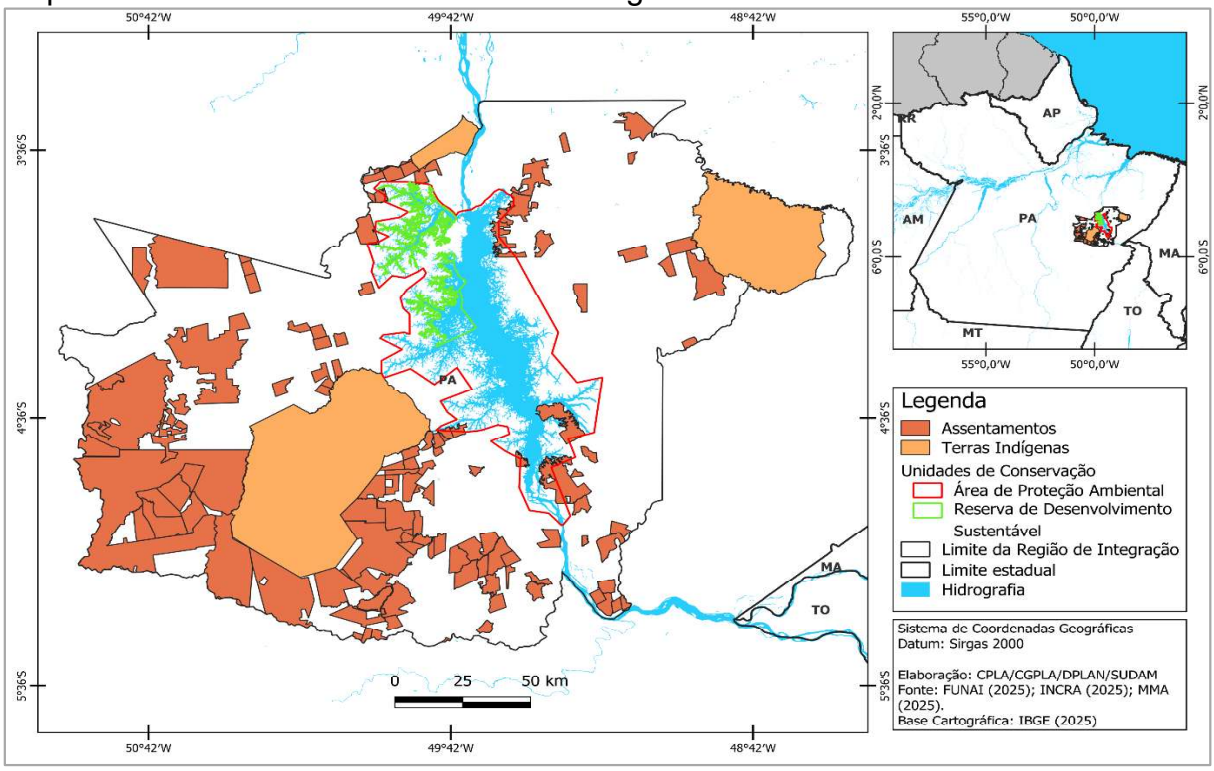
Outros impactos ambientais com a decomposição de vegetação terrestre inundada na formação dos reservatórios, da perda de serviços dos ecossistemas terrestres e aquáticos, de problemas de saúde pública, através da proliferação de doenças por veiculação hídrica foram detectados.

Com relação aos efeitos sobre as sociedades indígenas, as comunidades Parakanã, Assurini e os chamados “Gavião da montanha” foram distintamente afetados com a construção e operação da UHE Tucuruí, esses grupos indígenas perderam parte de suas terras devido o alagamento das mesmas pelas águas do reservatório.

No que diz respeito a Unidades de Conservação, existem oficialmente na área ou em parte da área territorial do município de Tucuruí as seguintes Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí (APA do Lago de Tucuruí), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Alcobaça (RDS) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pucuruí-Ararão (RDS) conforme evidencia o (Mapa 4). Essa Unidades de Conservação foram criadas pela Lei Estadual n° 6.451, de 08 de abril de 2002, em território sob jurisdição do Estado do Pará.

Outro destaque refere-se a Terra Indígena Trocará, pertencente aos indígenas da etnia Asurini. Pontua-se que o território conta com a presença de representantes federais por meio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) a fim de assegurar os direitos e deveres daquela etnia conforme destaca, também, o Mapa *4*.

Mapa 4 – Áreas institucionalizadas da RI Lago de Tucuruí.



Fonte: FUNAI (2025); INCRA (2025); MMA (2025).

Quanto a problemática do desmatamento, observa-se que, em 2021, Novo Repartimento foi o município da região que apresentou o maior nível de desflorestamento, totalizando 192,90 km², enquanto Jacundá (1,50 km²) e Nova Ipixuna (3,60 km²) registraram incrementos reduzidos nesse indicador conforme registros na Tabela 7.

E a mesma tabela 7 enfatiza dados em relação aos focos de calor, no ano de 2022, Jacundá apresentou o menor número, com 27 registros, enquanto Novo Repartimento concentrou o maior quantitativo da região, com 702 focos.

Tabela 7 - Incremento do desmatamento anual (Km²) - 2021 e Número de focos de calor - 2022.

Unidade Geográfica	Área (km²)	Incremento do Desflorestamento (km²) - 2021	Focos de Calor - 2022
Pará	1.245.870,70	5.149,79	41.421
RI Lago de Tucuruí	39.901,47	303,80	1.545
Breu Branco	3.941,90	13,40	158
Goianésia do Pará	7.023,95	29,10	203
Itupiranga	7.880,11	48,90	307
Jacundá	2.008,32	1,50	27
Nova Ipixuna	1.564,18	3,60	52
Novo Repartimento	15.398,72	192,90	702
Tucuruí	2.084,29	14,40	96

Fonte: FAPESPA com base nos dados do INPE-PRODES/INPE - Queimadas, 2022.

2. OBJETIVO

O objetivo central do Plano Integrado é contribuir com o desenvolvimento sustentável da região do Lago de Tucuruí através da integração efetiva entre o planejamento regional estratégico, a execução orçamentária e a responsabilidade fiscal e socioambiental, assegurando que as políticas públicas voltadas à região sejam implementadas de forma coordenada, eficiente e sustentável a partir de escutas ativas ocorridas no território.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano busca consolidar-se como uma ferramenta abrangente, colaborativa e inovadora, capaz de articular as demandas locais às ações e programas federais, fortalecendo a governança territorial e promovendo o desenvolvimento sustentável e includente.

Nesse sentido, o Plano se estrutura com base em quatro diretrizes complementares:

1. Abrangência e colaboração - adota uma abordagem participativa, construída a partir do diálogo escuta entre lideranças locais, órgãos públicos e instituições parceiras, de modo a refletir as prioridades e especificidades socioculturais de cada território;

2. Inovação - propõe metodologia e arranjos institucionais diferenciados para a gestão de políticas públicas, privilegiando soluções sustentáveis, tecnologias sociais e mecanismos de monitoramento territorial;

3. Integração - articula ações e investimentos provenientes de diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), garantindo a coerência entre o planejamento regional e os instrumentos nacionais, como o PRDA 2024–2027 e o PPA 2024–2027;

4. Indução ao desenvolvimento local - busca dinamizar a economia regional, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis, a inclusão social e a valorização dos saberes e práticas tradicionais.

Dessa forma, o foco está diretamente vinculado à viabilização do alinhamento entre políticas e programas públicos nacionais e locais, assegurando que as iniciativas do governo federal dialoguem com as demandas e potencialidades específicas levantadas no território.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos objetivos, da viabilidade e das

ações correspondentes permitindo visualizar as relações de corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos e os caminhos para a efetiva operacionalização do Plano.

Quadro 1 – Estratégia de formulação e implementação do plano.

Continua

OBJETIVO	VIABILIDADE	AÇÃO
Realizar diagnóstico da Situação Atual	Uma análise das condições socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios que compõe o recorte territorial.	Levantamento de dados secundários e bibliográficos, visita *in loco*
Apresentar objetivos e Metas	Definição de objetivos claros para o desenvolvimento sustentável, incluindo metas de curto e longo prazo	Realizar reuniões estruturantes e aprofundar o diálogo com as instituições locais envolvida com o público alvo.
Articular parceria visando a conversão das escutas ativas em projetos elaborados com qualidade técnica	Parcerias a fim de facilitar a elaboração dos projetos que reflitam as necessidades do território que foram capitaneadas por meio das escutas ativas	Firmar convênios, parcerias visando facilitar a formulação de projetos qualitativos refletindo a demanda obtida por meio da escuta ativa.
Considerar estratégias de Desenvolvimento sustentável a partir do território	Conhecer e atender as propostas de ações que podem ser implementadas para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, respeitando a cultura e os direitos locais.	Escuta ativa junto aos atores locais e instituições que desenvolvam trabalhos com o público alvo do plano.
Contribuir com a gestão de Recursos Naturais a partir do território	Colher diretrizes para a utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo práticas de manejo que preservem a biodiversidade.	Escuta ativa junto aos atores locais e instituições que desenvolvam trabalhos com o público alvo do plano.
Identificar as necessidades de Educação e Capacitação necessárias a partir da complexidade dos territórios	Planos para promover a educação e a capacitação do público alvo visando fortalecer suas capacidades e autonomia	Viabilizar por meio de parcerias entre os membros do Comitê Gestor do Plano

Conclusão

OBJETIVO	VIABILIDADE	AÇÃO
Garantir a Participação Comunitária	Mecanismos para garantir a participação local na elaboração e implementação do plano.	**Reuniões periódicas entre a entre os membros do Comitê gestor do plano.**
Articular Políticas Públicas e Parcerias a partir das demandas dos territórios da Amazônia Legal	Sugestões para a articulação com políticas públicas e parcerias com organizações governamentais e não governamentais	Diálogo constante entre os membros do Comitê Gestor do plano.
Realizar Monitoramento e Avaliação	Propostas para o acompanhamento e a avaliação das ações implementadas, assegurando a transparência e a eficácia do plano.	Elaborar relatórios de M & A SUDAM, aos Governos de Locais e lideranças locais
Vincular as demandas do plano as diretrizes e prioridades do FNO e FDA	Proposta de inserção de artigos amparando o atendimento da demanda do plano pelo FNO e FDA	Viabilizar por meio de resolução do MIDR e SUDAM
Mobilizar CORIF	Articular com os membros do CORIFF apoio para atendimento das demandas	Diálogo constante entre os membros do Comitê de Governança do plano e o CORIF
Articulação com parceiros públicos ou privados para atendimento da demanda	Construção de uma rede em prol do desenvolvimento regional integrado	Diálogo constante com os componentes da rede e a Sudam/ comitê gestor do plano e os governos locais

Em síntese, o Plano tem como propósito induzir um modelo de desenvolvimento territorialmente integrado, fisicamente responsável e socialmente inclusivo, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural, em consonância com os princípios da PNDR, do PRDA, dos ODS da Agenda 2030 e demais políticas públicas já existentes para o território.

3. METODOLOGIA

A formulação do PIDSLT foi orientada por uma metodologia inovadora, integrada, participativa, multiescalar comprometida com a escuta qualificada do público-alvo do plano, e com a articulação interinstitucional entre os diversos entes estaduais, municipais e federais envolvidos no desenvolvimento regional. Essa abordagem está em consonância com a PNDR e o próprio PRDA, que enfatizam a integração de escalas de governo e a promoção de estratégias territoriais orientadas pela participação social e pela equidade regional (SUDAM, 2023).

No processo de articulação interinstitucional, buscou-se integrar políticas públicas e instrumentos existentes para a região, garantindo coerência entre os planejamentos de diferentes níveis federativos e assegurando a convergência de esforços em torno dos anseios locais. Esse método reflete a orientação defendida por Becker (2005), que compreendem o território amazônico como espaço de múltiplas escalas de governança e como sistema de interdependências políticas, sociais e econômicas que requerem coordenação interinstitucional.

O processo metodológico adotado alinhou as demandas locais aos principais instrumentos de planejamento público — PRDA 2024–2027, PPA Federal 2024–2027, Plano Estratégico Pará 2050, onde o governo do Pará promoveu um novo ciclo de planejamento para os próximos 25 anos, com escutas nas regiões de integrações do estado. E, o Plano Integrado surge para somar esforço ao trabalho existente e, deste modo, fazer com que as políticas públicas destinadas aos residentes sejam mais assertivas e céleres.

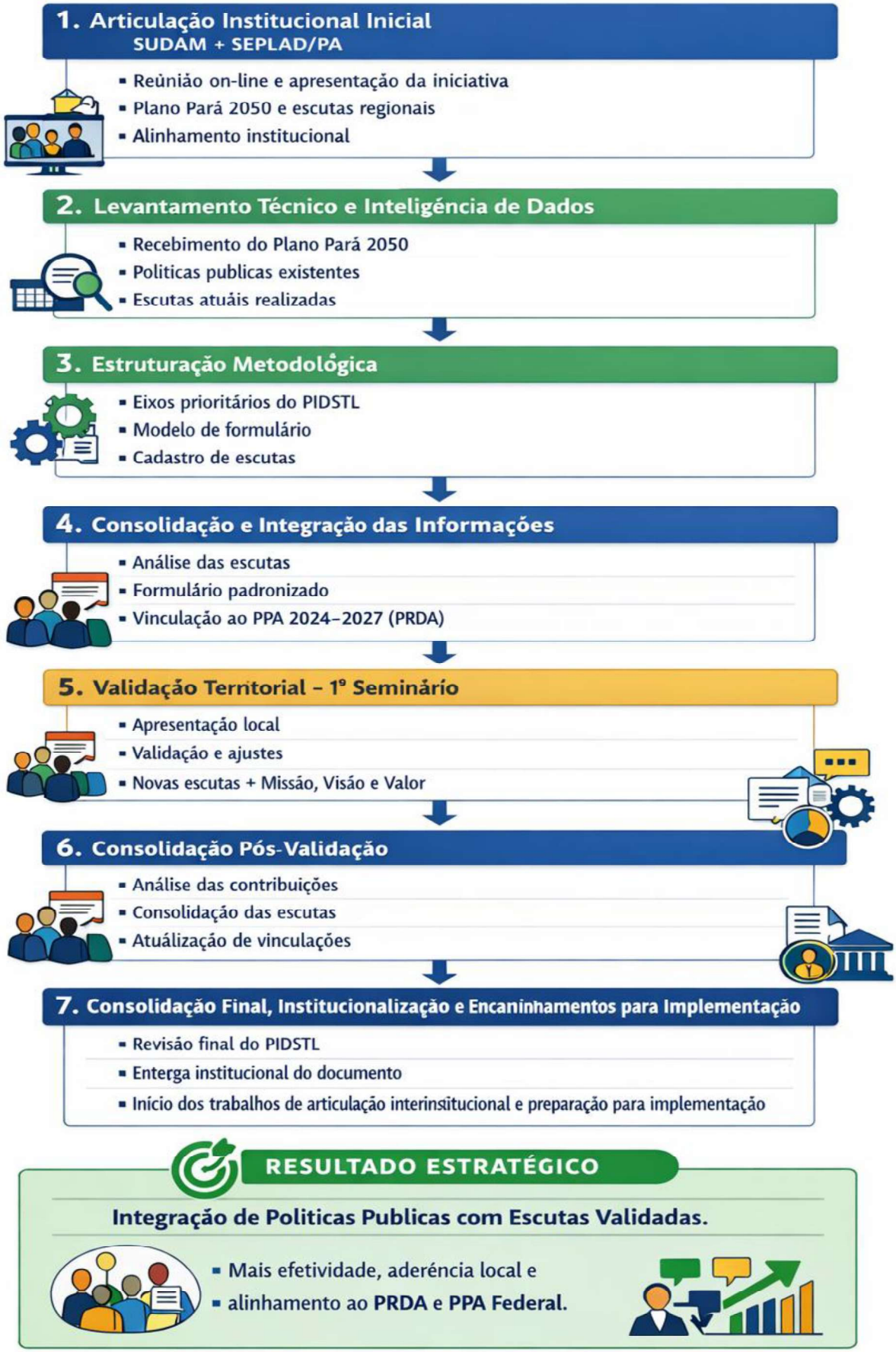
O resultado desse processo deve contribuir para o fortalecimento das atividades tradicionais, das organizações sociais locais e das capacidades de gestão governativa, promovendo o fomento de arranjos e cadeias produtivas sustentáveis, conforme diretrizes do IPEA (2020) sobre sustentabilidade produtiva e inovação na Amazônia Legal. Assim, o PIDSLT reafirma uma metodologia que conjuga desenvolvimento socioeconômico inclusivo, respeito às tradições culturais e preservação ambiental, em conformidade com as dimensões ambiental, cultural, econômica, social e territorial (Infográfico 1) que orientam o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo da Amazônia Legal.

Infográfico 1 – Dimensões do Plano

Fonte: Sudam (2026).

Ademais, conforme a perspectiva dos atores envolvidos, reconheceu-se a importância do protagonismo local no processo de elaboração do plano, de modo que fossem sujeitos ativos em todas as etapas do trabalho voltado ao desenvolvimento da região do Lago de Tucuruí. Tal princípio segue a orientação metodológica do PRDA 2024–2027 (SUDAM, 2023), que enfatiza a escuta qualificada e participativa como instrumento de legitimação e efetividade das políticas regionais, e reforça a centralidade da participação social na formulação de políticas territoriais integradas. O Infográfico 2 apresenta o fluxograma com as etapas de formulação do plano integrado.

Infográfico 2 – Fluxograma Estratégico de Formulação do Plano



Fonte: Sudam (2026).

O trabalho iniciou-se no âmbito estadual, no qual a SUDAM convidou a Secretaria de Planejamento e Administração do Pará (SEPLAD) para uma reunião on-line apresentando a iniciativa de trabalho da superintendência junto a região sudeste do estado. Na oportunidade, a autarquia solicitou dados a respeito dos trabalhos que estavam sendo desenvolvido na região e que pudessem auxiliar no labor que estava sendo proposto. Naquele momento, a SEPLAD informou que já havia sido realizado escutas no território, pois essa ação estava sendo habitual no processo de formulação do Plano Estratégico Pará 2050.

Nesse contexto, o governo do Pará promoveu um ciclo de planejamento para os próximos 25 anos por meio da elaboração do Plano Estratégico Pará 2050 no qual realizou as escutas ativas nos Encontros Regionais Técnicos (ERT) ocorridos nas regiões de integrações do estado visando a elaboração das ações estratégicas e visão de futuro por região e que culminaram na construção de 79 projetos estratégicos integrados ao Plano Estratégico Pará 2050.

O Plano consiste em um planejamento estratégico de longo prazo do estado do Pará, no qual foi estabelecido nove eixos estruturantes, tais quais: Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social; Educação; Governança Administrativa e Territorial; Infraestrutura, Logística, e Mobilidade Urbana e Rural; Saneamento Básico; Saúde e Meio Ambiente.

Os eixos estão em consonância com a abordagem integrada e multiescalar defendida pelo IPEA (2022) no Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil, que propõe metodologias baseadas na articulação entre escalas territoriais e na governança compartilhada.

Deste modo, após diálogo com a SEPLAD os trabalhos prosseguiram para a fase de levantamento técnico e inteligência de dados no qual realizou-se amplas consultadas de referências bibliográficas adicionais ao PRDA, ao Plano Pará 2050, a fim de subsidiar informações complementares para formulação dos textos do plano, bem como o levantamento de escutas ativas realizadas e priorizadas para a região do Lago de Tucuruí.

Nesse sentido, foram realizadas releituras aprofundadas do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Lago de Tucuruí (2008) e do Plano de Manejo do Mosaico de Unidades de Conservação do Lago de Tucuruí (2020).

O objetivo foi identificar demandas que não estavam explícitas no PRDA 2024-2027 e no Plano Estratégico Pará 2050. Esse trabalho interno agregou informações valiosas, em especial, na coleta das 195 escutas ativas iniciais.

Seguiu-se para a fase seguinte referente a estruturação metodológica no qual como forma de alinhamento entre o PRDA, o Plano Pará 2050 e as demais políticas públicas estabelecidas para região nasce o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí composto por seis eixos com relação estabelecida com a agenda 2030 por meio dos 17 ODS formais e mais o ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial adotado de forma voluntária pelo Brasil em 2025 conforme apresenta o Infográfico 3.

Infográfico 3 - Eixos do PIDSLT alinhados aos ODS.

EIXO	ODS
Desenvolvimento Produtivo Sustentável abarcar as demandas relacionadas à produção oriundas das atividades produtivas da região, como a produção agrícola, a agricultura familiar, a pesca e aquicultura, a indústria e serviços, a comercialização dos produtos, a assistência técnica dentre outros.	
Desenvolvimento Social inclui demandas relacionadas à saúde, educação e saneamento básico, moradia e assistência social.	
Governança e Participação Social demandas relacionadas às melhorias na gestão pública, promoção de serviços públicos mais humanizados, participação social nos conselhos, controle social visando o melhor uso dos recursos públicos.	
Infraestrutura logística e Mobilidade Rural e Urbana alcança as demandas relativas à rodovias, ferrovias, hidrovias, transportes urbano e rural, transportes de cargas e de passageiros. O eixo também abordará as necessidades de logística para a região, como terminais de embarque e desembarque, armazenagem, outros.	
Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) incluem as demandas relativas ao incentivo de pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à realidade da região, o desenvolvimento de produtos a partir da produção local, a difusão de tecnologias etc.	
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial são as demandas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, ao ordenamento territorial, à regularização fundiária, às demarcações de terras indígenas, Unidades de Conservação, Resex. O eixo envolve ainda a preservação da fauna e da flora no na região do Lago de Tucuruí.	

Fonte: SUDAM (2026).

Ainda nesta fase foi estabelecido o modelo de formulário para cadastro das escutas ativas extraídas do plano e políticas públicas pesquisadas e analisadas. Esse trabalho foi fundamental para padronizar e organizar o trabalho da próxima fase visando a celeridade e destaque necessário que essa etapa necessita.

A quarta fase foi a consolidação e a integração das informações no qual foi extraída as 195 escutas ativas identificadas e foram inseridas no formulário padrão de vinculação das escutas ativas com o PPA Federal 2024/2027, no qual esse trabalho já foi desenvolvido junto ao PRDA e originou parcerias com 20 ministérios setoriais. Esses parceiros são fortes candidatos a pactuar parcerias com o presente plano integrado.

Continuando, chegou-se a quinta etapa denominada validação territorial, no qual a Sudam promoveu o seminário no município de Tucuruí, na sede do Instituto Federal do Pará- Campos Tucuruí. O evento reuniu mais de 160 pessoas de 45 instituições das esferas federais, estaduais, municipais, ONGs, entidades de classe e movimentos sociais.

As 195 escutas ativas estavam registradas no formulário padrão para que os participantes de cada um dos três grupos no qual cada grupo trabalharia com dois eixos, após a escolha do mediador/ coordenador das atividades, para que pudessem realizar a analise, ajustes, inserções e, por fim, valida-las.

Após essa etapa o público foi conduzido ao auditório central para que todos tivessem a oportunidade de conhecer as escutas ativas prioritárias que foram validadas. Nesse momento, o representante da Sudam, coordenador-geral da CGPLA, convidou os coordenadores dos grupos a apresentar até três temáticas mais relevantes para a região nos quais foram apresentadas a questão da pesca, o ordenamento fundiário e energia de qualidade e acessível a todos do território.

Por fim, na reta final dos trabalhos *in loco,* os participantes do evento colaboraram para a definição dos elementos estratégicos do Plano, alcançando os seguintes resultados conforme demonstra o Infográfico 4.

Infográfico 4 - Resultado do trabalho coletivo para firmar a Missão, Valores e Visão do Plano.

Fonte: Sudam, 2026.

A equipe técnica retornou do evento e reiniciou os trabalhos internos referente a sexta fase que foi a de consolidação pós-validação no qual foi realizado a análise dos dados validados e as novas escutas ativas coletadas *in loco* a fim de fazer o mesmo trabalho descrito na fase quatro, o que foi executado totalizando 166 escutas ativas do plano podendo ocasionar parcerias com iguais ao que ocorreu com o PRDA atual.

Por fim, a sétima fase atinente a revisão final e a institucionalização e entrega ao público alvo do trabalho, bem como os ajustes da preparação para apoio por meio dos trabalhos contínuos de articulação para a implementação do plano. A Sudam aprova o plano por meio da Diretoria Colegiada assim como submete à aprovação do Conselho Deliberativo da Sudam, sendo posteriormente regulamentado por resolução.

Dessa forma, o resultado estratégico do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí consolida-se como um instrumento legítimo de planejamento territorial, respaldado por instituições regionais e pela sociedade civil organizada. Mais do que orientar a ação pública, o Plano inaugura um modelo de governança baseado em escutas ativas realizadas *in loco* e validadas no próprio território, assegurando maior aderência às realidades locais, efetividade nas intervenções e alinhamento contínuo com o PRDA e o PPA Federal.

Sinteticamente sob a perspectiva metodológica, o Plano estrutura-se com o registro de demandas (escutas ativas) prioritárias, com prazos definidos, atores apresentados e fontes de financiamento prospectado, o que viabiliza caminhos de atendimento visando transformar necessidades territoriais em ações viáveis. Destaca-se que o cruzamento entre escutas e previsibilidade orçamentária fortalece a articulação institucional e amplia oportunidades de parcerias.

O Anexo I demonstra esse alinhamento ao relacionar demandas locais às entregas previstas no PPA 2024–2027, evidenciando caminhos concretos para implementação das ações prioritárias. Essa estratégia metodológica reflete a inovação já incorporada no PRDA 2024–2027, que promoveu a integração entre o planejamento regional e os programas finalísticos do PPA Federal.

A referida experiência possibilitou a pactuação de recursos e esforços do Governo Federal em apoio direto às regiões prioritárias da Amazônia Legal inspirado na experiência do PRDA, que articulou recursos federais com demandas regionais por meio da pactuação com 20 Ministérios Setoriais, o PIDSLT replica essa estratégia em escala sub-regional, visando ampliar a efetividade da política pública no território.

O potencial de articulação com o Governo Federal configura-se como um ativo estratégico central, uma vez que a região do Lago de Tucuruí integra a área de atuação do PRDA e, portanto, está sob a jurisdição da Superintendência.

Nesse contexto, a adoção de uma estratégia sub-regional por meio dos Planos Integrados amplia, de forma concreta, o acesso da população a entregas oriundas dos Programas Finalísticos do PPA 2024–2027 e de ciclos subsequentes, assim como de outras políticas públicas como o PAC e até mesmo de recursos privados oriundo de parcerias celebradas com a superintendência.

Portanto, ao assumir o caráter de instrumento dinâmico e continuamente atualizado, o Plano fortalece sua capacidade de adaptação e resposta às demandas territoriais.

4. MODELO LÓGICO

O Modelo Lógico é uma representação que mostra como uma política, plano ou programa transforma recursos em resultados. Ele ajuda a planejar, implementar, monitorar e avaliar iniciativas públicas e privadas, mostrando a relação de causa e efeito entre o que se faz e o que se pretende alcançar (IPEA, 2018).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018), o modelo lógico deve apresentar os seguintes componente:

- **Insumos:** são os recursos necessários para a execução do plano ou da política, sejam físicos, financeiros, humanos ou mesmo o conhecimento social. No caso do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Lago de Tucuruí este último item possui grande relevância.
- **Atividades**: As atividades são as ações realizadas sob o escopo do plano ou da política. Constam como exemplo as capacitações, as campanhas educativas, os materiais informativos etc. Tais atividades podem e devem ser desenhadas na forma de processos, ou seja, atividades encadeadas por um passo a passo. Para cada atividade deve corresponder insumos necessários à sua consecução.
- **Produtos:** são as entregas ocorridas a partir das atividades do plano ou da política. Cita-se como exemplo o número de participantes em cursos, eventos realizados. Por norma, cada atividade deve contribuir para, no mínimo, um produto.
- **Resultados:** Os resultados (*outcomes*), por sua vez, são mudanças observadas no curto e médio prazo sobre os indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada. O uso de novas técnicas de produção na agricultura familiar em razão das capacitações pode ser um exemplo disso.
- **Impactos**: Por fim, os impactos de uma política são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o território ao qual o plano ou a política se insere (por exemplo, a elevação da produtividade da agricultura familiar e o aumento da renda dos agricultores).

O Infográfico 5 apresenta o modelo lógico para o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí.

Infográfico 5 - Modelo lógico

Fonte: SUDAM, 2026

Os eixos e as ações a serem implementados necessitam de insumos, podendo ser orçamentários/financeiros e não orçamentários/financeiros. No primeiro caso, recorre-se aos recursos presentes nos orçamentos da União, Estados e municípios e aos fundos reembolsáveis e não-reembolsáveis existentes. No segundo, são aqueles que demandam conhecimento intelectual e organizacional, ações voluntariadas entre outras.

As atividades são os esforços necessários para executar a ação. Os produtos demonstram a eficácia das ações, nesse caso são os projetos e ações implementadas e as medidas administrativas adotadas.

Os resultados indicam as mudanças, o incremento resultante de toda as ações anteriores. Por fim, o impacto revela a transformação ocorrida no território, com mudanças estruturais, no longo prazo, na sociedade.

E, objetivando mitigar ou extinguir caminhos que não logrem bons resultados o presente Plano Integrado agrega as suas ferramentas de trabalho a Matriz de Risco (Anexo II) cujo objetivo é oferecer benefícios importantes na gestão dos projetos provenientes das escutas ativas realizadas e assim lograr sucesso da governança. Esses benefícios permitem uma visão holística e proativa das ameaças visto que auxilia no labor de mensurar, avaliar e ordenar eventos que podem afetar os objetivos. Ou seja, a presença da Matriz de Risco tende a facilitar a tomada de decisão dos atores existente na governança do plano.

5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS

Considerando as 195 demandas sociais prioritárias (escutas ativas) inicialmente identificadas para o Lago de Tucuruí, esse documento consolida e detalha um conjunto de ações estratégicas formuladas a partir de um processo participativo de coleta, análise e validação de dados. As informações foram obtidas por meio de escutas ativas realizadas junto ao território e que contou com a participação de instituições públicas, privadas e entidades representativas.

Essas escutas ocorreram em dois momentos, primeiro por meio das escutas ativas realizadas pelo estado do Pará durante o trabalho de elaboração da Plano Pará 2050 e, posteriormente a Sudam por meio da realização do seminário de coleta/validação das escutas ativas *in loco* conforme visualiza-se no Anexo III tendo como foco principal validar as existentes e identificar novas possíveis demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais consideradas prioritárias.

O trabalho *in loco* ocorreu mediante a presença de 195 escutas ativas catalogadas no qual estabeleceu o conjunto de ações priorizadas e validadas nos quais foram distribuídas em três horizontes temporais de implementação: curto prazo (até 2 anos), contemplando ações emergenciais e estruturantes; médio prazo (até 5 anos), com foco na consolidação de políticas públicas continuadas; longo prazo (acima de 5 anos), voltado ao fortalecimento institucional, à sustentabilidade econômica e à consolidação de modelos de governança territorial e ambiental autônomos e participativos.

O resultado *in loco* do trabalho de validação foi que das 195 escutas ativas que chegarm ao território restou o total de 166 sendo que 119 prosseguiram conforme registro original, 40 foram ajustadas pelo participantes presentes no seminário e 07 novas escutas ativas foram coletadas.

Os formulários apresentados no Anexo I deste documento sintetizam o cruzamento entre as demandas sociais levantadas e validadas, 166 no total, e as entregas interministeriais, evidenciando as potencialidades de sinergia entre as políticas públicas existentes e as necessidades específicas da região do Lago de Tucuruí. Essa relação entre demandas e entregas reflete um esforço de

coordenação interinstitucional que espelha a metodologia aplicada na no PRDA 2024–2027.

O processo de articulação federal do PRDA 2024–2027 representou um marco de inovação na política regional ao promover uma articulação inédita entre os instrumentos de planejamento regional e o PPA Federal 2024–2027. Essa integração permitiu que os programas finalísticos do governo federal fossem alinhados aos eixos estratégicos de desenvolvimento da Amazônia Legal, possibilitando uma pactuação realmente efetiva de recursos, metas e entregas voltadas a promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento das economias locais.

No âmbito do PRDA 2024–2027, em 2025 pós revisão do PPA Federal 2024/2027, restou 79 Ações Estratégicas, 247 ações indicativa com 20 Ministérios Setoriais parceiros, resultando em 58 programas com 545 entregas institucionais e 26 medidas institucionais e normativas (MINs) sendo pactuadas. Essas entregas abrangem desde ações de infraestrutura e logística sustentável até programas de fomento à bioeconomia, educação diferenciada, inclusão produtiva e fortalecimento da governança territorial.

A proposta deste documento é aplicar a mesma lógica de integração e pactuação interinstitucional, contudo em um recorte territorial mais específico, voltado ao PIDSLT. Esse plano busca traduzir, para a escala local, o modelo de governança e de execução pactuada do PRDA, assegurando que as políticas públicas federais cheguem de maneira mais eficiente, adaptada e coordenada às realidades do território.

Deste modo, para que possam estar atendendo os anseios priorizados por meio das 166 escutas ativas coletadas e validadas que foram classificadas por eixos e relacionadas com os ministérios setoriais com suas possíveis entregas que podem estar sendo pactuadas. E, assim torna-se mais um caminho para atendimento das escutas ativas priorizadas pela sociedade local conforme demonstra o Infográfico 6.

Infográfico 6 - Resumo estratégico Escutas ativas e Entregas por eixos.

Eixos do PIDSLT	Nº de Demandas por Eixos	Ministérios Setoriais	Nº de Entregas por Eixos
Desen volvimento Produtivo Sustentavel	38	11	303
Desenvolvimento Social	74	14	276
Governança e Participação Social	7	4	15
Infraestrutura Logistica e Mobilidade Urbana Rural	15	9	52
Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	5	4	15
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	27	6	51

Fonte: SUDAM, 2026

O Quadro 2 abaixo apresenta, de forma ilustrativa e comparativa, informações gerais sobre os atributos do PRDA e os ministérios setoriais já comprometidos com sua implementação na Amazônia Legal.

Quadro 2 – Relação entre o PRDA e os Ministérios Setoriais parceiros.

EIXOS DO PRDA	PROGRAMAS DO PRDA	MINISTÉRIOS PARCEIROS
Desenvolvimento Produtivo	Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável	MIDR/MDIC/MDA/MCTI/ MTUR/MMA
	Agropecuária Inclusiva e Sustentável	MAPA/MDA/MMA/MPA
	Indústria e Serviços Sustentáveis	MTUR/MinC/MDIC/MIDR
Pesquisa, Inovação e Educação	Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia	MCTI/MAPA/MS
	Qualificação do Capital Humano	MEC/MMA/MCTI
Infraestrutura Econômica e Urbana	Logística e Integração	MT/MPOR/ MCOM/MIDR
	Infraestrutura Rural e Urbana	MCID/MT/MME
Meio Ambiente	Sustentabilidade e Conservação Ambiental	MMA/MPI/MCTI/MME
Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	MIDR/MCID
Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Inclusão Produtiva	MTE/MEC/MPI
	Bem-estar Social	MS/MEC/MJSP/MPI/MDHC

Fonte: SUDAM (2023).

Esse quadro serve como referência metodológica e técnica para a estruturação das ações do PIDSLT, reforçando a importância da integração entre

os instrumentos de planejamento territorial, a execução orçamentária federal, a responsabilidade tributária e as demandas sociais identificadas para a região do Lago de Tucurui, bem como facilitar o trabalho de monitoramento e a avaliação.

Em síntese, este documento pretende fortalecer o papel do PIDSLT como instrumento estratégico de planejamento participativo e territorializado, capaz de orientar o investimento público de forma coordenada, sustentável e alinhada aos princípios PNDR, PRDA e aos ODS da Agenda 2030, bem como das demais políticas públicas identificadas para região. Busca-se, assim, assegurar que o desenvolvimento da região do Lago de Tucuruí ocorra de modo inclusivo, respeitoso às especificidades sociais, culturais e ambientalmente responsável.

Com base no potencial de articulação já realizado com o governo federal, e considerando a região do Lago de Tucuruí como espaço prioritário de intervenção pelo governo estadual e por esta autarquia, a atuação poderá contar com um conjunto de Entregas dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027 a serem articuladas e negociadas para sua implementação (Anexo I). Esse processo de pactuação com os Ministérios Setoriais deverá compor a estratégia de governança do PIDSLT, incluindo a possibilidade de revisão contínua das demandas do Plano para incorporar, de forma alinhada, as entregas previas no próximo ciclo do PPA Federal.

Ademais, o Anexo I – registra demandas com recursos estimados e com possíveis parceiros necessários para a execução de cada ação, no âmbito regional e os ministérios setoriais com suas entregas previstas no PPA federal para o período de 2024-2027 em âmbito federal no qual pontua-se, também, a possíbilidade de parceria com a iniciativa privada por meio de fundos de investimentos específico relacionadasas pautas priorizadas.

O mapeamento dessas entregas espelham a transversalidade entre demanda e oferta, com a indicação de possíveis recursos orçamentários para a execução das ações, orientando a implementação das políticas no território e favorecendo a articulação de instituições como a Sudam junto aos ministérios setoriais.

Somam-se aos recursos orçamentários presentes nos Planos Plurianuais, os instrumentos de ação da Sudam como meios para dar eficácia às demandas priorizadas, tais como o FNO, o FDA, os Incentivos Fiscais e as

transferências voluntárias. Além destes, é possível articular o aporte de recursos de fundos de caráter nacional e supranacional, como o Fundo Amazônia.

Observa-se a necessidade de a região do Lago de Tucuruí se integrar ao processo produtivo e fortalecimento de suas cadeias produtivas, com sustentabilidade socioeconômica e ambiental, contribuindo para o alcance de melhorias como as identificadas nos ODS, especialmente aqueles voltados à redução das desigualdades sociais, à erradicação da pobreza e ao acesso à água potável e ao saneamento, entre outros, visando a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios que compõem a área de abrangência do Plano.

6. SISTEMA DE GOVERNANÇA

O sistema de governança pode ser compreendido como o arranjo estruturado de mecanismos, processos decisórios, instâncias institucionais e práticas de gestão que orientam, de forma integrada, o ciclo das políticas públicas por meio da formulação, implementação, monitoramento e avaliação e assim assegurando alinhamento aos interesses coletivos, à legalidade, à eficiência e à geração de valor público (BRASIL, 2017).

No contexto do desenvolvimento regional, esse sistema assume caráter estratégico ao promover coordenação interinstitucional, coerência entre instrumentos de planejamento e capacidade de resposta às dinâmicas territoriais, com foco em resultados mensuráveis e sustentáveis.

No âmbito da Administração Pública Federal, o Decreto nº 9.203/2017 instituiu a Política de Governança, estabelecendo princípios estruturantes como capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, *accountability* (prestação de contas e responsabilização) e transparência.

No que tange as diretrizes operacionais, destacam-se a simplificação administrativa, a integração de políticas e serviços públicos, a desburocratização e o fortalecimento da participação social nos processos decisórios, elementos essenciais para a efetividade das políticas territoriais.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí insere-se nesse paradigma ao ser concebido a partir de um processo participativo e multiescalar, baseado em diálogo qualificado, pactuação institucional e escuta ativa dos diversos atores territoriais. Esse processo permitiu a incorporação de demandas concretas e diferenciadas, oriundas das vivências locais, que extrapolam a análise estritamente técnica, qualificando o diagnóstico e ampliando a aderência das estratégias propostas às especificidades regionais.

Para além do atendimento aos preceitos legais e democráticos, o Plano reconhece que a governança participativa constitui vetor de legitimidade, eficácia e sustentabilidade das intervenções públicas, ao favorecer uma leitura territorial mais acurada e ao induzir o engajamento social na implementação e no acompanhamento das ações pactuadas.

Dessa forma, o modelo de governança do Plano deve estruturar-se como um sistema colaborativo e multinível, envolvendo atores estratégicos das esferas federal,

estadual e municipal, bem como instituições privadas e organizações da sociedade civil. Esse arranjo deve operar com base em mecanismos de coordenação horizontal e vertical, instrumentos de monitoramento e avaliação por indicadores, instâncias de deliberação e canais permanentes de participação social. A integração efetiva desses atores é condição indispensável para a coerência, a eficiência e a efetividade das ações, assegurando a entrega de resultados consistentes para o desenvolvimento sustentável do território. O Infográfico 7 apresenta a arquitetura institucional do sistema de governança proposto ao Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí.

Infográfico 7 - Modelo de governança

Fonte: SUDAM, 2025

O modelo de governança do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí estrutura-se a partir de um arranjo institucional multinível, tendo como instância central o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – CONDEL/SUDAM. Trata-se de órgão colegiado de natureza estratégica, responsável por articular interesses federativos e setoriais, consolidar demandas territoriais e promover a coordenação entre o Governo Federal, os entes subnacionais e a sociedade civil organizada, conferindo direcionalidade e legitimidade às políticas de desenvolvimento regional.

O CONDEL/SUDAM órgão colegiado instituído pela Lei Complementar nº 124/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 11.230/2022 possui composição federativa e interinstitucional, reunindo representantes do Governo Federal, governadores dos estados da Amazônia Legal e entidades de classe regionais, sob a presidência do Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), o que assegura alinhamento entre o planejamento nacional e a execução territorial e tem como competência definir diretrizes, prioridades e aprovar planos e programas estratégicos para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

No âmbito do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí, o Conselho atua como instância central de validação institucional, responsável pela aprovação por Resolução, orientação estratégica, acompanhamento e aprimoramento das ações, configurando-se como espaço de deliberação e articulação interfederativa.

No nível federal, além do MIDR, destacam-se como atores estratégicos para a governança do Plano os ministérios com interface direta com as dinâmicas territoriais da região, tais como o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Esses órgãos contribuem para a transversalidade das ações e para a integração de políticas setoriais. Outros ministérios e entidades poderão ser incorporados ao arranjo de governança, conforme deliberação do CONDEL/SUDAM, especialmente no âmbito de instâncias executivas e operacionais.

No que se refere aos entes subnacionais, a participação do Governo do Estado do Pará, por meio de suas secretarias e instituições vinculadas, é fundamental para assegurar a convergência entre o planejamento estadual e as diretrizes do Plano, bem como para viabilizar a implementação de ações integradas. De igual modo, os municípios que compõem a área de abrangência do Plano assumem papel central, por constituírem o *locus* de execução das políticas públicas e de materialização dos resultados esperados.

A inclusão da sociedade civil organizada configura elemento estruturante do modelo de governança, garantindo legitimidade, controle social e aderência das ações às demandas territoriais. Na região do Lago de Tucuruí, destacam-se as contribuições de federações, associações, sindicatos e representações dos povos e comunidades tradicionais, cujas pautas históricas devem ser incorporadas ao processo decisório, fortalecendo a perspectiva de gestão democrática e participativa.

Como instância executiva, propõe-se a criação de um Comitê Gestor por Resolução do CONDEL/SUDAM, com representação multissetorial, no qual deverá atuar como instância executiva de coordenação, monitoramento e avaliação, com definição clara de competências, fluxos decisórios e mecanismos de prestação de contas. A SUDAM exercerá a função de Secretaria-Executiva, responsável pela coordenação, monitoramento e apoio técnico, assegurando a efetividade e a orientação a resultados do Plano.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são componentes cruciais na gestão de qualquer plano, programa ou projeto, seja ele público ou privado. Segundo o Guia Prático de Análise *Ex Ante* de Políticas Públicas (BRASIL, 2018a), o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução.

Por monitoramento entende-se o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política. Esta visão em tempo real do desempenho é vital para evitar desperdícios de recursos e para maximizar o impacto das ações implementadas.

A avaliação, por outro lado, oferece uma análise mais profunda e retrospectiva. Segundo Brasil (2018a), a avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção.

Portanto, trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política. Ela é essencial para compreender questões como os desafios enfrentados, e medição de eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, avaliando se os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos iniciais.

Assim, a avaliação contribui para a maior compreensão do curso das ações, permitindo que lições sejam aprendidas e aplicadas em futuras iniciativas. Além disso, a avaliação desempenha um papel crucial na prestação de contas aos atores envolvidos no processo, justificando o uso de recursos e reforçando a transparência nas ações.

No Quadro 3 são exemplificados os indicadores e a forma de mensuração para o monitoramento e a avaliação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí.

Quadro 3- Indicadores de monitoramento da implementação do PIDSLT

Tipo de Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
Construção da Carteira de Projetos	[Total de Projetos elaborados] / [Total de Projetos por eixos] × 100	Medir o atendimento das escutas ativas validadas por meio da formulação de projetos, indicando o percentual de formulação de projetos. Além de medir o trabalho de articulação em prol da transformação das escutas ativas em projetos bem estruturados.
Execução Física dos Projetos	[Total de Projetos Concluídos] / [Total de Projetos Planejados] × 100	Medir o progresso físico dos projetos, indicando o percentual de conclusão em relação ao planejado.
Execução Financeira dos Projetos	[Despesas Realizadas] / [Orçamento Alocado] × 100	Avaliar a utilização dos recursos financeiros, mostrando a proporção do orçamento que foi efetivamente gasto.
Medidas Administrativas Implementadas	[Número de Medidas Administrativas Implementadas] / [Total de Medidas Administrativas Planejadas] × 100	Monitorar a implementação das ações administrativas em relação aquelas planejadas.
Percentual de Implementação Geral	[Número de Ações Implementadas] / [Total de Ações Pactuadas] × 100	Monitorar o avanço geral do Plano de Ação, indicando quantas das ações pactuadas foram efetivamente realizadas.

Fonte: SUDAM, 2025

A estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí se dividirá em duas partes. A primeira terá o foco na implementação das ações, isto é, serão monitorados e avaliados os indicadores de execução física e financeira dos projetos e das medidas administrativas, bem como o percentual de implementação das demais ações que forem pactuadas.

A segunda parte será aquela ligada principalmente à avaliação de eficiência e efetividade, a qual será realizada ao final da vigência do Plano, por meio de metodologias qualitativas e quantitativas que terão por objetivo identificar o impacto e o custo-benefício das ações implementadas em indicadores de desenvolvimento sustentável, que terão seu desempenho acompanhado no período. Dessa forma, a

estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí será implementada conforme ilustrado no Infográfico 8.

Infográfico 8 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação (M&A).

Fonte: SUDAM, 2026

A estratégia, bem como os procedimentos de monitoramento e avaliação executados no âmbito do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí terão como base o Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas (BRASIL, 2018b), conforme já mencionado e o Guia metodológico para monitoramento e avaliação, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional (BRASIL, 2023), publicado pela SUDAM, além de outras referências a serem definidas no momento de elaboração dos documentos.

No que se refere a frequência de emissão dos relatórios de monitoramento e Avaliação esses ocorrerão bienalmente e terão ampla publicidade por meio do site da autarquia e do Portal do Sistema PRDA. O referido trabalho buscará resultados que promovam a cultura do aprendizado e da melhoria contínua que a revisão periódica do Plano permitirá. E, deste modo, os ajustes estratégicos em conjunto com as priorizações de ações mais efetivas atreladas ao reforço da autonomia dos residentes do território.

8. CONSIDERAÇÕES

A análise da Região de Integração do Lago de Tucuruí evidencia um território marcado por profundas transformações estruturais decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, empreendimento que redefiniu a dinâmica demográfica, econômica, fundiária, ambiental e social da região. Se, por um lado, a usina consolidou o território como polo energético estratégico nacional e impulsionou o crescimento econômico regional, por outro, intensificou desigualdades socioespaciais, fragilidades no ordenamento territorial e pressões sobre os ecossistemas amazônicos.

Os indicadores socioeconômicos demonstram avanços pontuais, especialmente no crescimento do PIB regional e na melhoria gradual do desempenho educacional nos anos iniciais do ensino fundamental. Contudo, persistem desafios estruturais relevantes, como a baixa cobertura de saneamento básico, problemáticas de segurança, as desigualdades intra-regionais no acesso a serviços públicos, o desempenho insatisfatório nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, além das assimetrias no desenvolvimento humano entre os municípios.

No campo ambiental, os dados de desmatamento e focos de calor, aliados aos impactos históricos da formação do reservatório, reforçam a necessidade de políticas integradas de governança territorial, regularização fundiária e fortalecimento das áreas protegidas e territórios tradicionais. A sustentabilidade da região depende da capacidade de conciliar produção econômica, conservação ambiental e justiça social.

Nesse contexto, o PIDSLT se apresenta como instrumento estratégico de indução ao desenvolvimento regional sustentável, fundamentado na articulação federativa, na participação social e na integração entre planejamento e execução orçamentária. Sua abordagem *bottom-up* fortalece a legitimidade das ações propostas e amplia as possibilidades de alinhamento entre demandas locais e políticas públicas nacionais e regionais.

Mais do que um documento orientador, o Plano constitui-se como ferramenta dinâmica de governança territorial, cuja efetividade dependerá da continuidade do monitoramento, da mobilização institucional e da cooperação entre União, Estado, municípios e sociedade civil. A consolidação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e ambientalmente responsável na Região do Lago de Tucuruí exigirá comprometimento político, inovação institucional e priorização estratégica de investimentos estruturantes.

Assim, o PIDSLT reafirma o compromisso com a redução das desigualdades regionais, com a valorização das especificidades socioculturais amazônicas e com a construção de um futuro sustentável para a população da Região de Integração do Lago de Tucuruí, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com a Política Regional, PRDA, da Agenda 2030 e do Planejamento Estadual com o Pará 2050.

REFERÊNCIAS

ADAMI, M. et al. **Dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal**: análise recente. São José dos Campos: INPE, 2023.

BARAGWANATH, K.; BAYI, E. **Collective property rights reduce deforestation in the Brazilian Amazon.** Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), 2020.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.71–86, 2005.

BRAGAGNOLO, C.; SILVA, R. F.; *et al.* Governança fundiária e desmatamento na Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.** Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó.** Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).** Brasília, DF, 2024.

DATASUS. Ministério da Saúde. **Informações de saúde (TABNET).** Disponível em: < https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ESCADA, M. I. S. *et al.* **Dinâmica do uso e cobertura da terra na Amazônia.** São José dos Campos: INPE, 2013.

FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia brasileira**: história, índices e consequências. Megadiversidade, 2005.

FLECK, L.; LOUREIRO, V.; SILVA, J. **Regularização fundiária e conflitos na Amazônia.** Belém: UFPA, 2019.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Região de Integração Marajó:** perfil socioeconômico e ambiental (PPA 2024-2027). Belém, PA, 2023. Disponível em:< https://drive.google.com/file/d/1sprfn1efL_hAlIYXvdsBF5gVi0aXIiDp/view>. Acesso em 14/03/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: base de dados. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: base de dados. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2020**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html. Acesso em: 30 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Competitividade e governança das cidades médias do Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2022.

INTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Índice de Progresso Social da Amazônia 2023**. Belém: IMAZON, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar 2021**. Disponível em < https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MONTEIRO, A. M. V. *et al.* Mudanças no uso da terra e expansão urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Cartografia**, 2018.

OLIVEIRA FILHO, A.; MORAES, R. Impactos socioambientais de grandes hidrelétricas na Amazônia: o caso de Tucuruí. **Revista Amazônica**, 2025.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano Estratégico Pará 2050**. Belém: SEPLAD, 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>. Acesso em: 30 nov. 2025.

REYDON, B. P. *et al.* **Governança de terras e desenvolvimento sustentável no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí (PIDSLT).** Belém: SUDAM, 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024–2027**. Belém: SUDAM, 2023.

ANEXO

ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA A REGIÃO DO LAGO DE TUCURUÍ

continua

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Fortalecer a Agricultura Familiar através dos modelos de negócios individuais, cooperativistas e associativistas estruturados, que gerem eficiência, maior competitividade e qualidade de vida	Todos os municípios da região	Curto prazo	**70 milhões (10 milhões/município)**	EMATER/ SEDAP; SFA/ MAPA; SEAF/PA; EMBRAPA; OCB; CEPLAC; SEBRAE, SENAR;.	MDA	Abastecimento e Soberania alimentar	957	Participação da agricultura familiar nos mercados de compras públicas ampliada, fortalecendo as modalidades compra institucional
								968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
								1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
							Agricultura Familiar e Agroecologia	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
								726	Agricultores do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA atendidos por assistência técnica e extensão rural específica
								907	Agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por instrumentos de inclusão produtiva
								915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
						MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Pesquisa e Inovação agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
							Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
								373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
								47	Aumento do volume de crédito rural contratado.
								48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Fortalecer a Assistência Técnica e a Extensão Rural pública e privada	Todos os municípios da região	Curto prazo	5 Técnicos/escritórios; Transporte terrestre e aquático/município (2 caminhonetes; 1 lancha equipada)	SFA/PA; EMATER/SEDAP; UFRA; EMBRAPA; SENAR; IFPA; CEPLAC;	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							Abastecimento e Soberania alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
						MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Fomentar a verticalização e diversificação das cadeias produtivas de grãos com tecnologias sustentáveis, como fabricação de rações, inclusive para psicultura	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões/região	SFA/PA; EMATER/SEDAP; UFPA; IFPA; UFRA; EMBRAPA;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Incentivar e verticalizar a cadeia produtiva do pescado na região, incluindo a produção em cativeiro	Todos os municípios da região	Curto prazo	150 milhões/ município	SFA/PA; EMATER/ SEDAP; UFPA; IFPA; UFRA; EMBRAPA;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							Abastecimento e Soberania alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
								1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura
								1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
								1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas
								1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Fortalecer as cadeias de pescado por meio de cooperativas na Região Lago de Tucuruí e linhas de créditos alternativas	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 milhões/ município	SFA/PA; MDA; MPESCA EMATER/ SEDAP; BASA; Banpará; OCB;	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
								1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
								1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas
								1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais
								1090	Assistência técnica aos aquicultores incluídos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
								1040	Aumento da aquisição de pescado nas compras institucionais
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
							Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
								331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	280	Financiamento em investimento pelos Fundos Constitucionais de Financiamento

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Estimular a cadeia aquícola da piscicultura em tanques-rede para os ribeirinhos e comunitários e apoiá-los no licenciamento ambiental, cessão de uso de água e regularização fundiária e na busca de recursos em conjunto com a SEMMA	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 milhões/ município	SFA/PA; EMATER/SEDAP; UFPA; IFPA; UFRA; EMBRAPA; SPU; SEMAS SEMMA's; INCRA; ITERPA;	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
								1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
								1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas
						MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
								331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1159	Famílias regularizadas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA
								1163	Títulos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária (Títulos de Dominío - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU)
								1467	Famílias com acesso à terra por meio do Crédito Fundiário
								1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								280	Financiamento em investimento pelos Fundos Constitucionais de Financiamento

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Promover a indústria de transformação para a verticalização das cadeias produtivas e dos produtos da bioeconomia – cacau, açaí, mel e derivados, farinhas	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões/ região	SFA/PA; EMATER/ SEDAP CEPLAC; IFPA; UFRA; EMBRAPA; UNIFESPA; SEBRAE;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
								280	Financiamento em investimento pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
						MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
								08B1	Implementação da Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ)
								2214	Projetos inovadores beneficiados por programas de estímulo à geração e à comercialização de patentes
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
						MAPA	Agropecuária Sustentável	348	Aumento Sustentável da Produção de Cacau, nos diferentes biomas via serviços e ativos de difusão de tecnologia
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
							Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Promover e fortalecer festivais gastronômicos com peixes e crustáceos locais, em datas importantes e estratégicas ressaltando e valorizando o pescado e sua recuperação	Todos os municípios da região	Curto prazo	100mil/ município	SFA/PA; SECULT/PA; IFPA;	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura
								1090	Assistência técnica aos aquicultores incluídos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							Abastecimento e Soberania alimentar	968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
						MAPA	Agropecuária Sustentável	2026	Campanhas de promoção dos produtos orgânicos realizadas, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MinC	Direito à Cultura	3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos
	Fomentar a implantação de Sistema Agroflorestal (SAF) e Agrosilvopastoril	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões/ região	SAF/PA; EMATER/SEDAP; CEPLAC; IDEFLOR; SEMMA's SEMAS; SEAGRI's; EMBRAPA; UFRA; UFPA; UNIFESSPA; IFPA;	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	657	Benefícios financeiros pagos para famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural, por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde.
						MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pressão sobre os biomas, da mudança do clima, e para o uso sustentável dos recursos genéticos, das fontes renováveis de energia.
								139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Fomentar incubadoras de negócios, fornecendo espaços, recursos e mentorias para empreendedores regionais	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões/ município	SFA/PA; EMATER/ SEDAP; UFPA; IFPA; UFRA; SEBRAE;	MTrabalho	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1766	Oferta de cursos em Economia Popular e Solidária sustentáveis para o público geral e específicos.
								1768	Criação e fortalecimento de incubadoras tecnológicas da Economia Popular e Solidária.
								1776	Criação de bases de serviços de assessoramento técnico para os empreendimentos de Economia Popular e Solidária
								1782	Assessoria técnica e formação para facilitação de acesso ao crédito dos empreendimentos de finanças populares e solidárias
						MCTI	Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1758	Apoio ao Empreendedorismo Inovador e ao Ecossistema de Startups
								1759	Apoio ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores em micro e pequenas empresas
								1764	Ampliação da alocação de recursos aos ecossistemas de inovação
								2078	Ampliação da alocação de recursos aos mecanismos de geração de empreendimentos
	Elaborar e divulgar por meio de catálogos os pontos turísticos e a história da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões/ município	SETUR/PA; Sec. Mun. Cultura e Turismo;	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
								781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo.
						MinC	Direito à Cultura	951	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais Tradicionais
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas, do Turismo Agroecológico e de base comunitária junto à população rural, a fim de gerar modelos sustentáveis para a economia circular e bioeconomia	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões/ município	SEMAS; SEMMA's; SEAGRI's; SETUR; SUDAM; Sec. Mun. Cultura e Turismo;	Mtur	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								648	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos.
								790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								903	Ações e projetos de inclusão e qualificação produtiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nos arranjos produtivos de plantas medicinais aromáticas, condimentares e fitoterápicos
								904	Extrativistas beneficiados pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Construir um centro de informação ao turista em pontos estratégicos nos municípios mais visitados	Todos os municípios da região	Médio prazo	10 milhões/ município	SETUR/PA; Sec. Mun. Cultura e Turismo;	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil.
								790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
								781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo.
	Incentivar a formação e qualificação em hotelaria e serviços	Todos os municípios da região	Médio prazo	1 milhão/ município	SETUR/PA; SECTET/PA; SEASTER/P; SEBRAE;	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
								781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo.
	Identificar e mapear trilhas ecológicas	Todos os municípios da região	Médio prazo	1 milhão/ município	SETUR/PA	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								648	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos.
								790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
								2142	Realização de viagens de familiarização (Famtours) para operadores e agentes de viagem estrangeiros aderentes ao perfil de consumo dos mercados estratégicos internacionais.
								2144	Realização de viagens (press trips) para jornalistas, editores, influenciadores e formadores de opinião estrangeiros aderentes aos mercados estratégicos internacionais.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Facilitar o acesso às linhas de credito rural para aquisição de equipamento para agricultura familiar, ribeirinhas, quilombolas e indígenas	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 milhões/ município	EMATER/ SEDAP; BASA; BANPARÁ; SEAF/PA;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MAPA	Agropecuária Sustentável	47	Aumento do volume de crédito rural contratado.
								48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural.
							Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
								913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
						MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1922	Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R$	Potenciais Parceiros: Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Realização de estudos da Ictiofauna da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 milhões/ município	EMBRAPA; SEDAP	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1111	Disponibilização de informações estatísticas da pesca e aquicultura consolidadas a nível nacional
								1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura
	Estimular o aproveitamento dos múltiplos derivados e subprodutos do peixe	Todos os municípios da região	Médio prazo	5 milhões/ município	EMBRAPA; SEDAP; SEMAS; SEBRAE;	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
	Promover a implantação de frigoríficos na região para gado, peixe e aves	Todos os municípios da região	Médio prazo	50 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
						MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R$	Potenciais Parceiros: Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Promover o desenvolvimento da indústria naval para a construção e manutenção de barcos pesqueiros	Todos os municípios da região	Médio prazo	100 milhões/ município	MARINHA; SEDAP; UFPA; UNIFESSPA; IFPA; BASA	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
	Criar um sistema de armazenamento e de comercialização da produção pesqueira	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 milhões/ região	SFA/PA; SEDAP	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
						MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
							Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptados à agricultura familiar entregues
	Implantar processos de certificação de produtos da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	1 milhão/ município	SEMAS; ADEPARÁ; CEPLAC	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1050	Certificação de origem legal do pescado de captura
								1043	Certificação e ampliação de canais de comercialização de Produtos da Pesca Artesanal
						MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
								08B1	Implementação da Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ)
								1608	Articulação institucional, disseminação e coleta de informações sobre Infraestrutura da Qualidade.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Implantar uma unidade produtora de alevinos na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP; UFPA; IFPA; UFRA	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.
								1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
						MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Implantar silos/ armazéns nos municípios da região	Todos os municípios da região	Médio prazo	15milhões/ município	SFA/PA; SEDAP	MDA	Abastecimento e Soberania alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
							Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptados à agricultura familiar entregues
								710	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Floresta, que fomentam o desenvolvimento sustentável
								715	Contratos de crédito de custeio no âmbito do Pronaf para a produção de alimentos
								906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
						MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								47	Aumento do volume de crédito rural contratado.
								48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural.
	Implantar Shoppings Populares e feiras de Pequenos Produtores nos municípios da região, com aquisição de transporte para escoar a produção	Todos os municípios da região	Curto prazo	500 mil/município	SEDAP; SENAR; SEBRAE	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								913	Máquinas e equipamentos adaptados à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania alimentar	968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
						MAPA	Agropecuária Sustentável	2026	Campanhas de promoção dos produtos orgânicos realizadas, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Implantar e regularizar matadouros municipais	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP	MAPA	Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica.
							Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	Firmar convênios para divulgação dos programas existentes para agricultura familiar, dando preferência para emissoras comunitárias de comunicação	Todos os municípios da região	Curto prazo	Ação não orçamentária	SEDAP; SENAR; SEAF/PA; BASA; EMATER; SEAGRI's	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							Abastecimento e Soberania alimentar	968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Garantir a comercialização e Implementar e fortalecer a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar para o PAA e PNAE, incluindo preferencialmente, a produção local na merenda escolar	Todos os municípios da região	Curto prazo	Ação não orçamentária	SEDAP; SEDUC; SEMED; SENAR; SEAGRI's	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	957	Participação da agricultura familiar nos mercados de compras públicas ampliada, fortalecendo as modalidade compra institucional
								968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1184	Participação de quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais na venda para mercados institucionais ampliada
						MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1923	Oficinas realizadas visando a qualificação de indígenas para o acesso ao PAA, ao PNAE e à PGPMBIO
	Implantar sistema de irrigação por meio de declividade do Lago, e retorno da água para enriquecer o lago da barragem	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões/ município	SFA/PA; EMBRAPA; SEDAP; SENAR; BASA; SEMAS; ANA	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Incentivar o plantio de cultura orgânica e técnicas agroecológicas	Todos os municípios da região	Curto prazo	20 milhões/ município	SFA/PA; EMBRAPA; SEDAP; SENAR; SEAGRI's	MAPA	Agropecuária Sustentável	2025	Produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada por meio da fiscalização e aplicação de mecanismos de controle, para a garantia da qualidade orgânica.
								2026	Campanhas de promoção dos produtos orgânicos realizadas, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.
								2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.
								2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
	Implantar laboratório para análise de solo e água na região	3 polos em municípios a serem definidos por questões técnicas - viabilidade	Curto prazo	500 mil/município	SFA/PA; EMBRAPA; SEDAP; SENAR	MAPA	Agropecuária Sustentável	342	Levantamento e mapeamento dos solos das principais regiões de importância agrícola do Brasil.
								331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
							Defesa Agropecuária	481	Execução de ações educativas em defesa agropecuária, com foco em áreas de interesse estratégico.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Garantir a segurança alimentar e gerar renda através do incentivo à criação de pequenos e médios animais	Todos os municípios da região	Curto prazo	20 milhões/ município	SEDAP; SENAR; SEAF/PA	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
								47	Aumento do volume de crédito rural contratado.
								48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural.
								373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
							Abastecimento e Soberania alimentar	788	Volume de alimentos em estoques públicos disponíveis para a segurança alimentar e nutricional.
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
								1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Disseminar a prática da apicultura e meliponicultura	Todos os municípios da região	Curto prazo	500 mil/ município	SFA/PA; SEDAP; EMBRAPA; SENAR; SEAF/PA;	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
								373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
								735	Famílias apoiadas em projetos e ações na área de agroecologia e transição agroecológica
								740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Melhoramento genético do rebanho	Todos os municípios da região	Curto prazo	20 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP; SENAR; EMBRAPA; FAEPA	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pressão sobre os biomas, da mudança do clima, e para o uso sustentável dos recursos genéticos, das fontes renováveis de energia.
								149	Disponibilização de soluções tecnológicas que reduzam os custos de produção, aumentem a produtividade, assegurem a qualidade, agreguem valor a alimentos e a outros produtos agropecuários, florestais
								3363	Implantação e modernização de Unidades da Embrapa
								423	Instituições parceiras nacionais e internacionais em projetos da Embrapa.
								425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
	Criar unidade de beneficiamento do couro	3 polos em municípios a serem definidos por questões técnicas - viabilidade	Curto prazo	20 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP; SENAR; FAEPA	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
						MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1132	Famílias atendidas com ações e empreendimentos de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção primária - Terra Sol

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R$	Potenciais Parceiros: Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Implantar projeto de beneficiamento da madeira visando a produção de compensados aglomerados, chapas maciças, chapas MDF e móveis	3 polos em municípios a serem definidos por questões técnicas - viabilidade	Curto prazo	20 milhões/ município	SFA/PA; SENAR; EMBRAPA; FAEPA	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
								425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
						MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1132	Famílias atendidas com ações e empreendimentos de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção primária - Terra Sol
							Agricultura Familiar e Agroecologia	710	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Floresta, que fomentam o desenvolvimento sustentável
	Adequar e estimular a industrialização do leite e derivados (iogurte, queijo, coalhada e doces)	Todos os municípios da região	Curto prazo	20 milhões/ município	SFA/PA; SEDAP; SENAR; EMBRAPA; FAEPA	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
						MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1132	Famílias atendidas com ações e empreendimentos de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção primária - Terra Sol
							Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptados à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Incentivar a realização de estudo de mercado e plano de negócios das principais cadeias produtivas, especialmente de produtos não madeireiros: açaí, palmito, cupuaçu, mandioca, castanha, óleo de andiroba, óleo de breu branco, óleo de copaíba, etc.	Todos os municípios da região	Curto prazo	5 milhões/ região	SFA/PA; SEDAP; SENAR; EMBRAPA; SEAF/PA; UFRA; UNIFESSPA; UFPA; IFPA;	MAPA	Pesquisa e Inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1600	Pesquisa aplicada, inovação e transferência de tecnologia voltadas ao desenvolvimento tecnológico de equipamentos agrícolas para a Agricultura Familiar e o Extrativismo
								1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
								1607	Fomento de projetos de tecnologia social que agreguem valor aos processos e aos produtos da agricultura familiar e de redução de perdas e desperdício de alimentos em toda cadeia produtiva e de consumo (por bioma ou cultura).
								1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
							Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1759	Apoio ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores em micro e pequenas empresas
								1764	Ampliação da alocação de recursos aos ecossistemas de inovação
								2078	Ampliação da alocação de recursos aos mecanismos de geração de empreendimentos

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Elaborar planos de implementação para museus e sítios arqueológicos, e fortalecer as políticas culturais com foco na diversidade regional e na preservação da identidade cultural	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SECULT/PA; SETUR/PA;	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								648	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos.
								781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo.
						MinC	Direito à Cultura	951	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais Tradicionais
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados
							Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1925	Planos de visitação turística em terras indígenas em implementação
								1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantação de projetos para a valorização e o fortalecimento da identidade cultural local	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SECULT/PA	MinC	Direito à Cultura	951	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais Tradicionais
								2061	Novo PAC (CEUs da Cultura e retomada)
								2739	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Patrimônio Cultural
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos
	Fomentar projetos culturais e esportivos regionais que se integrem as políticas públicas sociais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SECULT	MinC	Direito à Cultura	2061	Novo PAC (CEUs da Cultura e retomada)
								2739	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Patrimônio Cultural
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
	Ampliar os serviços, programas e projetos de incentivo à Política de Assistência Social considerando as especificidades territoriais e dos povos amazonidas	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA	MS	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1708	Projetos voltados para a ampliação e qualificação da produção local de tecnologias em saúde firmados.
						MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
								684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
								1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliar a cobertura e as estratégias de proteção e prevenção de violência contra a mulher. (Delegacia Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM e Unidade de acolhimento)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SEGUP/PA	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1158	Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres
	Fortalecer ações de inclusão social e articulação de projetos que mitiguem nos municípios os impactos causados por grandes empreendimentos. (hidrovia Tocantins)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEASTER; SEAS/PA; DNIT; SUDAM; SEMAS;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
							Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1429	Revisão e implementação de Planos Estaduais de Recursos Hídricos integrados ao planejamento nacional (Ação do Subprograma 2.5 do PNRH)
						MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1532	Ampliação do alcance da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) por meio da oferta de ações de ouvidoria itinerante
								1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantar delegacia especializada de combate aos conflitos agrários	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEGUP/PA	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	268	Realização de operações policiais de prevenção e repressão ao crime contra o meio ambiente na Amazônia Legal
								340	Intensificação do enfrentamento a crimes ambientais
	Integrar os órgãos do sistema de segurança e justiça no desenvolvimento de ações para a região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEGUP/PA	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1822	Ações integradas de segurança pública realizadas
								334	Potencialização de ações de enfrentamento à criminalidade
								339	Aprimoramento do policiamento orientado por inteligência
	Ampliação e fortalecimento dos CRAS e CREAS na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; Prefeituras Municipais;	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.
								649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
	Implantar espaços de acolhimento regionais para a pessoa idosa c/ planos de convivência familiar e comunitária	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA	MDHC	Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	249	Equipagem de órgãos estaduais e municipais de proteção, promoção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, dentre esses conselhos direitos e órgãos governamentais.
								055E	Instituir Plataforma integrada de informação e transparência de conselhos da Pessoa Idosa
								254	Realização de projetos voltados à educação midiática das pessoas idosas.
								255	Realização de Campanhas de enfrentamento ao idadismo.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Criar estratégias de fortalecimento da política de atendimento à criança e ao adolescente, grupos vulneráveis (da rede de serviços socioassistenciais)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEASTER/ PA; Prefeituras;	MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
								684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
								1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
								8,00E+00	Definir estratégias para implementação de comitês de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCAs) dos estados e do Distrito Federal.
	Ampliar as ações sócio produtivas dos usuários da assistência social buscando fortalecer o trabalho, emprego e renda	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; SEASTER/PA; SEDAP; SEAF	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude
								1096	Capacitação e atualização técnico-científica dos agentes públicos e profissionais envolvidos com o setor.
						MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
						MTrabalho	Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	434	Oferta de qualificação para jovens

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliação da política de segurança pública, com ações socioeducativas nos meios rural e urbano	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; SEGUP/PA	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1822	Ações integradas de segurança pública realizadas
								334	Potencialização de ações de enfrentamento à criminalidade
								339	Aprimoramento do policiamento orientado por inteligência
						MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.
								649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
								684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
								1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
	Criação de espaços alternativos para práticas de esportes e lazer nas áreas rurais e urbanas em parceria com as secretarias estadual e municipal	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED; SUDAM	MinC	Direito à Cultura	2061	Novo PAC (CEUs da Cultura e retomada)
								2739	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Patrimônio Cultural
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
						MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliar estações de tratamento de água e esgotamento sanitário	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Governos: Federal; Estadual; Municipal; BNDES	MCID	Saneamento Básico	2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
	Ampliar e reparar a rede de distribuição de água e rede de esgotamento sanitário	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Governos: Federal; Estadual; Municipal; BNDES	MCID	Saneamento Básico	2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
	Implementar projetos para captação e tratamento de água em áreas rurais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	INCRA; SPU; ITERPA; SUDAM; FUNASA	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Fomentar a pesquisa e inovação relacionados aos resíduos sólidos em geral	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Instituições de Ensino e Pesquisa;	MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Implementar o sistema separador absoluto (drenagem e esgotamento sanitários distintos)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEOP/PA; Governos: Federal; Estadual; Municipal	MCID	Saneamento Básico	2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							Gestão de Riscos e de Desastres	2824	Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								3397	Empreendimentos entregues referentes a Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Implementar consórcios públicos municipais para a gestão dos resíduos sólidos em áreas urbanas e rurais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA	MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Desenvolver planos municipais de saneamento básico de acordo com o marco regulatório vigente	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA; Instituições de Ensino e Pesquisa	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Implantar cisternas, fossas sépticas, outros sistemas de saneamento para as comunidades em conjunto com universidades, ONGs, prefeituras, Eletronorte, utilizando fundos de diferentes fontes	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA	MCID	Saneamento Básico	1790	Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos
								2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Estimular os municípios para elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	948	Iniciativas e ações apoiadas relacionadas à mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros
								952	Disponibilidade aos cidadãos de informações sobre qualidade do ar ampliada

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Efetivar a política de coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos na área urbana, rural, ribeirinha e nas ilhas;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA; Cooperativas IEP	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	689	Coleta seletiva nos Municípios ampliada
								694	Reaproveitamentos de resíduos orgânicos ampliado
								698	Diagnóstico da situação atual das organizações de catadoras e catadores por meio do SINIR realizado
								700	Participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis no sistema de créditos de logística reversa ampliada
						MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Implantação de usinas e fortalecimento das cooperativas voltadas para a reciclagem de resíduos sólidos	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA; Prefeituras	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	689	Coleta seletiva nos Municípios ampliada
								694	Reaproveitamentos de resíduos orgânicos ampliado
								698	Diagnóstico da situação atual das organizações de catadoras e catadores por meio do SINIR realizado
								700	Participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis no sistema de créditos de logística reversa ampliada
						MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantar e universalizar o esgotamento sanitário, inclusive sistemas alternativos	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMMA	MCID	Saneamento Básico	1790	Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos
								2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Criação de um comitê gestor de saneamento	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Municípios, Sociedade Civil Organizada, Governo Federal, Estadual	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Fomentar a pesquisa e inovação relacionados ao tratamento de água	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Municípios, Sociedade Civil Organizada, Governo Federal, Estadual	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Saneamento Básico	2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantação de um fundo próprio para a região voltado ao auxílio e assistência a pesquisa e extensão na área de saneamento	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Municípios, Sociedade Civil Organizada, Governo Federal, Estadual	MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	1298	Fomento à elaboração de estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados às mudanças do clima
							Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1478	Chamadas públicas de projetos de pesquisa inter e transdisciplinar focada na solução de problemas socialmente relevantes
								1473	Fomento a encomendas / chamadas científicas em cooperação com estados e municípios
						MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Ampliar a capacidade de leitos, abrangendo procedimentos de exames e cirurgias de média e alta complexidade	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA	MS	Atenção Especializada à Saúde	1628	Hospitais públicos ou privados sem fins lucrativos que realizam serviços de Alta Complexidade no SUS com certificação integrada de qualidade.
								1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
								2788	Hospitais integrantes do Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais que Integram o Sistema Único de Saúde (PRHOSUS) qualificados.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Fortalecer projetos dentro do Programa Saúde na Escola (PSE) com equipe multidisciplinar com ênfase na redução da gravidez na adolescência	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SEDUC; SEMEC; SEAS/PA	MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1262	Estratégias de gestão em saúde para enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, etnia, geração, classe, orientação sexual e deficiências implantadas.
								1268	Mobilizadoras/es de equidade de gênero, raça, etnia e valorização das trabalbalhadoras do SUS nas 27 UFs formados
						MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
						MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1427	Apoio a formação continuada em educação em direitos humanos
	Expandir para todos os municípios o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro Municipal de Atenção à Pessoa com Autismo (CEMAPA)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SEAS/PA	MS	Atenção Especializada à Saúde	1825	Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial capacitados em Saúde Mental.
								1815	Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral ofertados.
						MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
						MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1160	Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Estender para toda a região os serviços especializados para atender grupos vulneráveis (mulheres, LGBTQIAPN+, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, pessoas privadas de liberdade e pessoas com deficiência)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; FUNAI; SESPA	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	237	Fortalecimento e/ou implementação de Centros de Cidadania LGBTQIA+, para promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, com equipes volantes.
								238	Fortalecimento e/ou implementação de Casas de Acolhimento de pessoas LGBTQIA+ expulsas do núcleo familiar com vínculos familiares rompidos
								239	Promoção de formação de pessoas LGBTQIA+ para atuação enquanto Defensores de Direitos Humanos voltados para o segmento LGBTQIA+.
								2193	Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais.
								2191	Campanhas de conscientização sobre prevenção às diversas formas de violência e discursos de ódio contra pessoas LGBTQIA+.
								893	Elaborar proposta qualificada de norma para a instituição de Sistema Nacional de Avaliação da Deficiência
								109	Implementação de um programa de integração profissional para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social
								656	Equipagem de Unidades Socioeducativas
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
								1965	Preparação e qualificação de indígenas para a participação social realizada
						MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1158	Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres
								1160	Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Promover ações de apoio voltadas para os povos originários e comunidades tradicionais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; FUNAI; SESPA	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
								1521	Ações itinerantes para acesso à documentação básica voltadas a públicos vulnerabilizados de todas as faixas etárias e origens
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados
								1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
								1965	Preparação e qualificação de indígenas para a participação social realizada
							Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por ações de inclusão produtiva

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Promover programas e ações de vigilâncias em saúde ambiental dos municípios	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Vigilância em Saúde e Ambiente	1696	Municípios prioritários com profissionais capacitados em Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)
								1698	Municípios prioritários para Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) realizando monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano.
	Incluir os cursos de medicina e psicologia nas instituições públicas da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; UEPA; UNIFESSPA	MEC	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	827	Apoio à fixação de doutores em instituições de ensino superior localizadas em municípios com até 500 mil habitantes, priorizando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como as localidades de fronteira com os parceiros do Mercosul e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado no país e no exterior.
						MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1127	Trabalhadores, gestores, usuários e estudantes qualificados a partir de ofertas educacionais em áreas prioritárias do SUS
								1139	Trabalhadores, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social qualificados em Educação Popular em Saúde
								1143	Projetos de Vivências no SUS para trabalhadores, docentes, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social executados
								1144	Ampliação de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da saúde financiadas pelo MS
	Ampliar o programa de telemedicina para a região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	798	Núcleos de Telessaúde implementados em território nacional
								801	Municípios atendidos por meio da telessaúde
								2546	Salas/ambientes de Teleatendimento e apoio diagnóstico instaladas em estabelecimentos de saúde (equipamentos multimídia para teleconsulta).

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantar cursos técnicos na área da saúde nas instituições públicas	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SECTET/PA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
								1135	Ampliação do número de matrículas de cursos Técnicos de Nível Médio, preferencialmente na forma integrada.
						MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1141	Trabalhadores técnicos de nível médio e pós-técnicos na área da saúde formados
								1143	Projetos de Vivências no SUS para trabalhadores, docentes, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social executados
	Estabelecer parcerias em consórcio para elevar a capacidade de saúde de todos os sete municípios da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	Casa Civil/PA; Prefeituras	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1127	Trabalhadores, gestores, usuários e estudantes qualificados a partir de ofertas educacionais em áreas prioritárias do SUS
	Realizar a capacitação regular dos conselheiros de saúde	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA	MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
								684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
								1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantação de Unidades Móveis de Atendimento à saúde	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU; Eletronorte	MS	Atenção Especializada à Saúde	1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
								1635	Profissionais especialistas atuando no SUS.
	Aquisição de Transporte Fluviais e rodoviários p/o serviço de saúde na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU; Eletronorte	MS	Atenção Especializada à Saúde	2723	Veículos novos para ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) entregues.
	Construção do Hospital do Câncer na Região com equipamentos para o atendimento da população	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU; Eletronorte	MS	Atenção Especializada à Saúde	1628	Hospitais públicos ou privados sem fins lucrativos que realizam serviços de Alta Complexidade no SUS com certificação integrada de qualidade.
								2788	Hospitais integrantes do Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais que Integram o Sistema Único de Saúde (PRHOSUS) qualificados.
	Ampliar e melhorar os serviços de atenção básica à saúde nos municípios	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária
	Melhorar e Ampliar os serviços de urgência e emergência nos municípios (UPAs);	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Criação de um Centro de Cultura de Zoonoses e Ampliar o Sistema de Vigilância Sanitária	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Vigilância em Saúde e Ambiente	39	Municípios da região amazônica apoiados com profissionais do Projeto Apoiadores Municipais para Prevenção, Controle e Eliminação de Malária.
								1672	Dados sobre causa básica de óbito por causas externas qualificados
								1696	Municípios prioritários com profissionais capacitados em Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)
	Ampliar os serviços do Estratégia Saúde da Família na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária
	Ampliação do centro de Oncologia, Cardiologia e Hemodiálise e implantação de um centro de nefrologia na região;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Atenção Especializada à Saúde	1628	Hospitais públicos ou privados sem fins lucrativos que realizam serviços de Alta Complexidade no SUS com certificação integrada de qualidade.
								1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
	Implantação de um Centro de Tratamento de Dependentes Químicos na Região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Atenção Especializada à Saúde	1815	Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral ofertados.
								1825	Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial capacitados em Saúde Mental.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantação do LACEN na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA	MS	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1679	Pesquisas prioritárias e estratégicas em saúde fomentadas.
							Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1707	Projetos para o desenvolvimento e a inovação em tecnologias em saúde firmados.
	Realizar estudos sócio epidemiológicos das principais doenças emergentes em comunidades do Lago de Tucuruí	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SESPA; SESAU	MS	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1679	Pesquisas prioritárias e estratégicas em saúde fomentadas.
							Vigilância em Saúde e Ambiente	39	Municípios da região amazônica apoiados com profissionais do Projeto Apoiadores Municipais para Prevenção, Controle e Eliminação de Malária.
	Ampliar os serviços de transporte e a qualidade da alimentação escolar	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
								3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras.
								1455	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas do campo
	Implantar centros de atendimento especializado e rede de atendimento educacional para atender pessoas com deficiência	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1432	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Especial na perspectiva Inclusiva
								1436	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Bilingue de Surdos, com criação de Brinquedoteca Bilíngue e Laboratório Audiovisual

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliar a formação e qualificação dos profissionais da educação, fortalecendo parcerias de pós-graduação e cursos técnicos	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; UEPA	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	350	Apoio a iniciativas voltadas à valorização e formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica.
								1382	Apoio à estruturação e implementação, pelos entes federados, de ações de formação focadas na melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização
								1417	Promoção de ações de formação continuada de profissionais da educação que atuam em escolas de ensino médio, tendo em vista a nova Política Nacional definida para esta etapa de ensino a partir da Consulta Pública.
								1544	Apoio ao aprimoramento da formação do corpo docente da educação básica em serviço, mediante cursos stricto sensu.
								1548	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação continuada de docentes para a educação básica mediante cursos de especializações, ofertados na modalidade a distância.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Promover o fortalecimento das escolas em comunidades quilombolas, indígenas e rurais, incluindo o estudo de povos originários e afro-brasileiros conforme a Lei 11.645/08 e 10.639/03 no currículo escolar	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	MEC; SEDUC	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1453	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1454	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1459	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1461	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1464	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação escolar quilombola
								1455	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas do campo
								1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
								1466	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas quilombolas
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1982	Ações e projetos de comunidades escolares voltados à elaboração, adequação e implementação de projetos político pedagógicos e currículos específicos com a perspectiva indígena.
								2830	Ações e projetos voltados à Educação Profissional e Tecnológica, de modo que atendam às demandas específicas das comunidades indígenas.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Implantar a educação etnossustentável na prática educacional	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; UEPA	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
								1453	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1454	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1455	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas do campo
	Ampliar o acesso à inovação tecnológica com qualidade em todas as escolas da região de integração	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
								1137	Ampliação do número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.
								1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para educação básica.
								3402	Monitoramento da qualidade da conexão de internet utilizada pelas escolas da educação básica
								3406	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso.
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1442	Fomento de espaços científicos e tecnológicos de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica
								1456	Ampliação na realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas
								1473	Fomento a encomendas / chamadas científicas em cooperação com estados e municípios
						MCOM	Comunicações para Inclusão e Transformação	2162	Atender a localidades com 4G ou tecnologia superior

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Promover a educação holística em tempo integral com qualidade	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SECUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1424	Oferta de vagas em curso de formação continuada para lideranças e profissionais da educação básica em educação em tempo integral
								3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
	Expandir a formação e qualificação dos profissionais da educação	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; UEPA	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1417	Promoção de ações de formação continuada de profissionais da educação que atuam em escolas de ensino médio, tendo em vista a nova Política Nacional definida para esta etapa de ensino a partir da Consulta Pública.
								1425	Apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais com linhas de formação permanentes na educação básica.
								1427	Apoio a formação continuada em educação em direitos humanos
								1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
								1431	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica em educação especial
								1435	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação Bilingue de Surdos
								1453	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1454	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1459	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1461	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1464	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação escolar quilombola
								1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Fortalecer a educação básica, técnica profissional e superior na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; SEMED; UEPA; SECTET	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1382	Apoio à estruturação e implementação, pelos entes federados, de ações de formação focadas na melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização
								1417	Promoção de ações de formação continuada de profissionais da educação que atuam em escolas de ensino médio, tendo em vista a nova Política Nacional definida para esta etapa de ensino a partir da Consulta Pública.
								1424	Oferta de vagas em curso de formação continuada para lideranças e profissionais da educação básica em educação em tempo integral
								1372	Apoio à construção de creches e pré-escolas no âmbito do Novo PAC.
								1519	Apoio à retomada de obras contempladas pela Lei nº14.719 de 01 de novembro de 2023, que instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica.
								3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
							Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	350	Apoio a iniciativas voltadas à valorização e formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica.
	Estabelecer protocolo de cooperação técnica e convênios para financiar a formação e aprimoramento dos docentes das instituições de ensino superior	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; UEPA; Eletronorte	MEC	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	819	Apoio à formação em nível de mestrado com a concessão de bolsas no país
								826	Apoio à formação em nível de doutorado com a concessão de bolsas no país

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Promover o acesso igualitário e permanente dos alunos às escolas, tanto urbanas quanto rurais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1137	Ampliação do número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
								1135	Ampliação do número de matrículas de cursos Técnicos de Nível Médio, preferencialmente na forma integrada.
							Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1372	Apoio à construção de creches e pré-escolas no âmbito do Novo PAC.
								3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
	Ofertar educação infantil para todas as crianças em creches e pré-escolas em tempo integral	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1372	Apoio à construção de creches e pré-escolas no âmbito do Novo PAC.
								3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
								3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras.
	Incentivar a leitura dentro e fora das escolas	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	355	Ampliação do número de reconhecimento e certificações de saberes e experiências profissionais aos trabalhadores.
						MinC	Direito à Cultura	3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Fortalecer a educação para Jovens e adultos (EJA)	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1137	Ampliação do número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.
								355	Ampliação do número de reconhecimento e certificações de saberes e experiências profissionais aos trabalhadores.
	Garantir padrões mínimos de qualidade nas instalações físicas das escolas, incluindo áreas esportivas e culturais, e infra-estrutura para a inclusão digital	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1432	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Especial na perspectiva Inclusiva
								1436	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Bilingue de Surdos, com criação de Brinquedoteca Bilíngue e Laboratório Audiovisual
								1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para educação básica.
								3402	Monitoramento da qualidade da conexão de internet utilizada pelas escolas da educação básica
								3406	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso.
						MCOM	Comunicações para Inclusão e Transformação	2162	Atender a localidades com 4G ou tecnologia superior
	Adaptar o espaço físico para os portadores de Necessidades Educacionais Especiais	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1432	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Especial na perspectiva Inclusiva
								1436	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas no âmbito da Educação Bilingue de Surdos, com criação de Brinquedoteca Bilíngue e Laboratório Audiovisual

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliar novos núcleos universitários com formação orientada para vocações econômicas da região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; UEPA; UFRA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
								350	Apoio a iniciativas voltadas à valorização e formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica.
							Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1541	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação inicial para a educação básica, mediante graduações e cursos sequenciais ofertados remotamente.
	Implantar procedimentos interdisciplinares nas escolas de ensino fundamental, visando diminuir o índice de evasão	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
								1540	Apoio à adequação da formação do corpo docente da educação básica pública em serviço, mediante licenciaturas.
								1544	Apoio ao aprimoramento da formação do corpo docente da educação básica em serviço, mediante cursos stricto sensu.
								1548	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação continuada de docentes para a educação básica mediante cursos de especializações, ofertados na modalidade a distância.
	Ampliação e oferta de cursos de formação continuada de professores e em Educação Indígena	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEDUC; SEMED	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1459	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1461	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da educação escolar indígena
								1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Desenvolvimento Social	Ampliar e implantar polos de ensino a distância em nível médio, superior e pós- graduação na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; SEDUC; SEMED; UEPA; SECTET/PA; UNIFESSPA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
							Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1541	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação inicial para a educação básica, mediante graduações e cursos sequenciais ofertados remotamente.
	Implantar cursos na área de turismo na região	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	UFPA; IFPA; UEPA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
						MTur	Turismo, esse é o destino	790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo.
	Fortalecer a educação ambiental nos PPPs do ensino básico, com foco na valorização regional	Todos os municípios da região	Curto prazo	-		MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
	Cursos de pós graduações voltados para a formação em desenvolvimento sustentável	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1544	Apoio ao aprimoramento da formação do corpo docente da educação básica em serviço, mediante cursos stricto sensu.
								1548	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação continuada de docentes para a educação básica mediante cursos de especializações, ofertados na modalidade a distância.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Participação social	Regularizar imóveis visando acesso a crédito para financiamento das atividades produtivas (ITR);	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	ITERPA; INCRA; SPU; Municípios;	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1171	Territórios quilombolas reconhecidos para regularização fundiária
								1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1589	Terras públicas com destinação definida pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD) e/ou pelas câmaras estaduais de destinação de terras
	Implantação de escritórios regionais de órgãos estratégicos, exemplo: SUDAM, ITERPA; SPU, IBAMA.	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	Ampliar incentivos para atração de empresas com práticas sustentáveis, que dialoguem com os arranjos produtivos locais, observando as potencialidades sociais, econômicas culturais da região;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SUDAM; Municípios CODEC;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Participação social	Estimular a inserção participação social, promovendo a democratização e integração regional dos conselhos municipais, estaduais e federais;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.
							Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
	Estabelecer unidades federal e estadual de gestão e inovação em serviços públicos com participação efetiva dos municípios;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEPLAD; CGU; TCM; Instituições de Ensino;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Estabelecer fórum regional de políticas públicas e controle social com a criação de um comitê gestor com o papel de articulador das políticas de desenvolvimento sustentável para a região.	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
Governança e Participação social	Promover ações de capacitação e formação continuada para gestores e membros dos conselhos representativos;	Todos os municípios da região	Curto prazo	-	SEAS/PA; Instituições de Ensino Superior (EPCT);	MDHC	Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	256	Capacitação de lideranças comunitárias, professores e sociedade em geral em direitos humanos da pessoa idosa.
								141	Capacitação de agentes públicas(os) e conselheiras(os) de direitos sobre educação em direitos humanos da pessoa idosa
							Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua	1270	Capacitação de agentes públicos para implementação do Programa Nacional Moradia Cidadã, incluindo agentes públicos do SUS, do SUAS e dos profissionais das equipes dos serviços de atendimento a pessoas egressas (do sistema prisional ou socioeducativo) e custodiadas
						MCID	Cidades Melhores	1811	Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono
								1819	Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Expandir a construção de portos e modernizar os terminais hidroviários na região, além dos já beneficiados no plano de compensação;	Todos os municípios da região	Médio prazo	300 milhões	SEOP; SEIL;	MPOR	Promover maior segurança e condições de navegação nas vias fluviais	216	Instalações portuárias (IP4) em operação
							Ampliação do acesso a financiamentos para modernização do modal hidroviário na Amazônia	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
	Implantar centros de distribuição para escoamento da produção;	Todos os municípios da região	Médio prazo	500 milhões	SEDAP; SFA/MAPA; ADEPARÁ; EMATER;	MDA	Abastecimento e Soberania alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
	Construção de porto para escoamento da produção dos municípios afetados pela BR 422 e PA 150;	Todos os municípios da região	Médio prazo	1 bilhão	Marinha do Brasil; IBAMA; DNIT; SEOP;	MPOR	Promover maior segurança e condições de navegação nas vias fluviais	216	Instalações portuárias (IP4) em operação
							Ampliação do acesso a financiamentos para modernização do modal hidroviário na Amazônia	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
	Modernizar o transporte coletivo urbano e rural da região;	Todos os municípios da região	Curto prazo	Curto prazo	ARTRAN	MCID	Mobilidade Urbana	539	Processo de Seleção para implantação e qualificação de infraestrutura de sistema de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2812	Processo de Seleção para aquisição de material rodante (ônibus, trem e metrô) para os sistemas de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								542	Investimento e financiamento realizados em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária.
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	948	Iniciativas e ações apoiadas relacionadas à mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Implantar sistema de acessibilidade e inclusão nos transportes e terminais de embarque e desembarque;	Todos os municípios da região	Médio prazo	10 milhões	ARTRAN	MCID	Mobilidade Urbana	539	Processo de Seleção para implantação e qualificação de infraestrutura de sistema de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2812	Processo de Seleção para aquisição de material rodante (ônibus, trem e metrô) para os sistemas de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	948	Iniciativas e ações apoiadas relacionadas à mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros
	Ampliar a cobertura de eletrificação renovável para os ribeirinhos, povos originários e populações tradicionais da região;	Todos os municípios da região	Médio prazo	100 milhões	Equatorial; Eletronorte;	MME	Transição Energética	2612	Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.
								2591	Expansão da capacidade instalada de fonte de energia elétrica limpa
								2574	Promoção da economia de energia elétrica no país, por meio da implementação de ações de eficiência energética do PROCEL
							Ampliação da oferta de energia elétrica em áreas rural e urbana auxiliando na inclusão social	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1977	Autorizações emitidas para a instalação de sistemas de energia fotovoltaica em terras indígenas na Amazônia Legal
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	949	Fomento da adoção de soluções tecnológicas inovadoras com vistas à geração e uso de energias limpas pelos municípios brasileiros.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Implantar centros de captação de energia renovável nas zonas urbana e rural nos prédios públicos;	Todos os municípios da região	Médio prazo	20 milhões	Eletronorte	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	949	Fomento da adoção de soluções tecnológicas inovadoras com vistas à geração e uso de energias limpas pelos municípios brasileiros.
						MME	Transição Energética	2612	Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.
								2591	Expansão da capacidade instalada de fonte de energia elétrica limpa
	Incentivar o uso de biomassa para a geração de energia renovável;	Todos os municípios da região	Médio prazo	30 milhões	Eletronorte; IFPA; UFPA;	MME	Transição Energética	2612	Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.
								2591	Expansão da capacidade instalada de fonte de energia elétrica limpa
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	949	Fomento da adoção de soluções tecnológicas inovadoras com vistas à geração e uso de energias limpas pelos municípios brasileiros.
	Implantar programas habitacionais para realocar famílias vulneráveis, incluindo as afetadas por barragens, em moradias sustentáveis e adaptadas à cultura da região;	Todos os municípios da região	Médio prazo		PNHR; INCRA;	MCID	Periferia Viva	2776	Empreendimentos entregues no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							Moradia Digna	1851	Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores
								1845	Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Documentar os impactos da derrocagem do leito do Rio Tocantins, tanto sobre o meio ambiente, quanto sobre a sociedade, e discutir e divulgar os resultados dos documentos para o público;	Todos os municípios da região	Médio prazo	50 milhões	Eletronorte; IBAMA; IFPA; DNIT; UFPA;	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	954	Servidores públicos e cidadãos capacitados em gestão da qualidade do ar.
							Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	958	Certidão de conformidade ambiental e dados ambientais de atividades potencialmente poluidoras disponibilizadas
						MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	2635	Rio Tocantins/PA: Plano de Monitoramento Hidroviário - Lotes 1 e 2
								2556	Rio Tocantins/PA: Derrocagem Pedral do Lourenço
	Implantar e manter estradas e vicinais para garantir escoamento da produção;	Todos os municípios da região	Médio prazo	300 milhões	INCRA; SEAF;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
						MT	Transporte Rodoviário	996	Pavimentação de rodovias
								0A1F	Elaboração de estudos e projetos de engenharia para execução de obras em rodovias federais localizadas no estado do Pará
								997	Adequação de rodovias
								992	Manutenção rodoviária

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Garantir a construção de entrepostos pesqueiro e hortifrutigranjeiro;	Todos os municípios da região	2 anos	100 milhões	SFA/MAPA	MDA	Abastecimento e Soberania alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
	Garantir a construção de geleiras administradas pelas cooperativas;	Todos os municípios da região	3 anos	20 milhões	DNIT; MARINHA; SEMAS;	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
	Construção de terminal pesqueiro em Tucuruí, Jacundá, Goianésia, Novo Repartimento e Nova Ipixuna.	Todos os municípios da região	Curto prazo	70 milhões	SFA/MAPA	MPA;	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura Logística e Mobilidade Urbana e Rural	Implementar ETAs e ETEs nas comunidades urbanas e rurais, nas ilhas, e nas margens do lago;	Todos os municípios da região	-	-	-	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
								2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para todos)
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
								1790	Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos
								2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							Gestão de Riscos e de Desastres	2824	Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								3397	Empreendimentos entregues referentes a Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Implantar e ampliar a quantidade de polos de instituições de ensino superior e de CT&I para promover o desenvolvimento regional por meio de pesquisa e extensão, com foco especial na agricultura e meio ambiente;	Todos os municípios da região	Médio prazo		UFRA; UNIFESSPA; IFPA; UFPA; UEPA;	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
							Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
								1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
								1541	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação inicial para a educação básica, mediante graduações e cursos sequenciais ofertados remotamente.
								1548	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação continuada de docentes para a educação básica mediante cursos de especializações, ofertados na modalidade a distância.
	Fortalecer e ampliar parque de CT&I (TECNOLAGO) para atender toda a região;	Todos os municípios da região	Médio prazo	100 milhões/região	UFPA; IFPA; UFRA; UEPA; UNIFESSPA; SECTET; Eletronorte;	MCTI;	Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI	2461	Ampliação das parcerias para cooperação nacional e internacional voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico - CNPq
							Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1558	Fomento da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica para o desenvolvimento de soluções inclusivas inovadoras em SSAN que contribuam para erradicação da fome e mitigação das desigualdades no Brasil
								1599	Fortalecimento e/ou estruturação de grupos e redes de ensino, pesquisa e extensão em SSAN junto a Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
								1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
								1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
								1497	P&D orientado para o desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Implementar laboratórios que trabalhem com as cadeias produtivas na região;	3 POLOS a serem definidos - Critérios técnicos	Médio prazo	50 milhões /região	UFPA; IFPA; UFRA; UEPA; Eletronorte;	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
	Ampliar o acesso a conectividade na região para o apoio à CT&I;	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões /região	SFA/MAPA SUDAM; UFRA;	MCOM	Comunicações para Inclusão e Transformação	2162	Atender a localidades com 4G ou tecnologia superior
								2187	Atender as sedes municipais brasileiras com 5G.
	Promover incentivos para empresas que investem em CT&I na região;	Todos os municípios da região	Curto prazo	50 milhões /região	SUDAM; EMBRAPA; SECTET; UFPA; UFRA; IFPA; UEPA; Eletronorte;	MIDC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1507	Apoiar empresas do setor industrial a aumentar a produtividade e a promover a transformação digital no âmbito do programa Brasil Mais Produtivo
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Implementar o batalhão da polícia ambiental como condicionante das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte). Em especial o policiamento fluvial, para a pesca, beneficiamento de madeira e, proteger a biodiversidade, apoio a outros órgãos, para as Unidades de Conservação dos 7 municípios;	Todos os municípios da região	Curto prazo	7 milhões	PMPA; SEMAS; Eletronorte; ICMBIO;	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	340	Intensificação do enfrentamento a crimes ambientais
								339	Aprimoramento do policiamento orientado por inteligência
								268	Realização de operações policiais de prevenção e repressão ao crime contra o meio ambiente na Amazônia Legal
	Aumentar o efetivo de fiscais ambientais por meio de acordo com as prefeituras que englobam a Região do Lago de Tucuruí;	Todos os municípios da região	Curto prazo		SEMAS; IDEFLORBio; ICMBio; IBAMA; SEMMA;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Realização de concursos para fiscais ambientais por parte das prefeituras dos 7 municípios.	Todos os municípios da região	Curto prazo			MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Instalação dos CONDEMA (Conselho de Meio Ambiente) para fazer funcionar o Fundo de Meio Ambiente;	Todos os municípios da região	Curto prazo			MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
	Capacitar fiscais ambientais para facilitar o monitoramento das atividades do Lago do Tucuruí;	Todos os municípios da região	Curto prazo	200 mil	PM/PA; SEMAS; IDEFLORBio; ICMBio; IBAMA; SEMMA;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
								651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Realizar capacitações para melhorar a comunicação e conhecimento sobre as UCs, sobre os limites e importância das áreas por meio de ações integradas entre estado, municípios, (IDEFLOR-Bio), colônias e associações;	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 mil	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
								651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Instalar e renovar placas de sinalização em pontos estratégicos para a visualização dos limites e território das Ucs;	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 mil	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1060	Unidades de conservação (UC) e áreas importantes para a conservação de espécies ameaçadas ecologicamente restauradas.
	identificar embarcações que entram no lago, para reconhecimento de restrições e limites, de acordo com o uso;	Todos os municípios da região	Curto prazo	100 mil		MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	586	Construção ou manutenção de embarcações
	Capacitar lideranças locais em monitoramento ambiental participativo;	Todos os municípios da região	Curto prazo		SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Implementar um programa de reciclagem e compostagem nas comunidades;	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA;	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	689	Coleta seletiva nos Municípios ampliada
								694	Reaproveitamentos de resíduos orgânicos ampliado
								698	Diagnóstico da situação atual das organizações de catadoras e catadores por meio do SINIR realizado
								700	Participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis no sistema de créditos de logística reversa ampliada
	Implantar programa de jovens protagonistas desenvolvido pelo IDEFLOR de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);	Todos os municípios da região	Curto prazo	1 milhão	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Promover a instituição de fóruns e espaços de encontros em conjunto com as lideranças por meio de articulação e apoio das universidades e conselho gestor das UC's;	Todos os municípios da região	Curto prazo	1 milhão	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
	Incentivar reflorestamento de espécies nativas e de valor econômico em parceria com Eletronorte, Emater, Secretaria de Agricultura, IFPA, UFPA e Fundo Amazônia e FINDEFLOR (IDEFLOR- BIO);	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões	UFPA; IFPA; UFRA; SEMAS; IDEFLORBio; ICMBio; IBAMA; SEMMA; EMATER; Elatronorte;	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1199	Florestas públicas federais destinadas, contribuindo para a conservação e recuperação dos ecossistemas, o reconhecimento de direitos territoriais e a prevenção e controle do desmatamento
	Promover estudo para implantação de zonas livre de pesca com vistas à recuperação dos estoques pesqueiros do Lago;	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões	SEMAS; IBAMA; SEMMA; Marinha do Brasil; SPU; IDEFLORBio;	MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1111	Disponibilização de informações estatísticas da pesca e aquicultura consolidadas a nível nacional
								1050	Certificação de origem legal do pescado de captura
								1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas
								1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais
								1096	Capacitação e atualização técnico-científica dos agentes públicos e profissionais \envolvidos com o setor.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Viabilizar base flutuante para fiscalização com recurso de compensação ambiental;	Todos os municípios da região	Curto prazo	10 milhões	SEMAS; IBAMA; DEMA; SEMMA; Eletronorte;	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	608	Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais implementado, o qual visa contribuir com a implementação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais em benefício do desenvolvimento da bioeconomia.
	~~Re~~Instituir obrigatoriedade do INPE informar pontos de calor ao IDEFLOR e SEMAS;	Todos os municípios da região	Curto prazo			MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	952	Disponibilidade aos cidadãos de informações sobre qualidade do ar ampliada
								958	Certidão de conformidade ambiental e dados ambientais de atividades potencialmente poluidoras disponibilizadas
	Mapeamento dos estoques pesqueiros de espécies nativas do lago;	Todos os municípios da região			SEMAS; IBAMA; SEMMA;	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1111	Disponibilização de informações estatísticas da pesca e aquicultura consolidadas a nível nacional
			Curto prazo				Pesca e Aquicultura sustentáveis	1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal
	Promover a educação ambiental nas escolas urbanas e rurais de forma regular;	Todos os municípios da região	Curto prazo	5 milhões	SEDUC; SEMAS; SEMED;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
						MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
	Promover e divulgar campanhas educativas sobre a utilização do agrotóxico, criando normas específicas para aplicação em toda a região do lago;	Todos os municípios da região	Curto prazo	5 milhões	SFA/PA; SEMAS; IDEFLORBio; SEMMA;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
						MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
						MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Ampliar o monitoramento e fiscalização sobre outorga d'água;	Todos os municípios da região	Curto prazo	5 milhões	ANA/MIDR; SEDEME;	MMA	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1429	Revisão e implementação de Planos Estaduais de Recursos Hídricos integrados ao planejamento nacional (Ação do Subprograma 2.5 do PNRH)
	Intensificar campanhas sobre o período de defeso, melhoria da qualidade do pescado, respeito às regras do zoneamento;	Todos os municípios da região	Curto prazo	3 milhões	SEMAS; SEDAP; IBAMA; SEMMA	MPA	Pesca e Aquicultura sustentáveis	1111	Disponibilização de informações estatísticas da pesca e aquicultura consolidadas a nível nacional
							Pesca e Aquicultura sustentáveis	1109	Modernização do Registro Geral das atividades de pesca e aquicultura
	Fazer campanhas sobre caça ilegal de animais silvestres, destacando aspectos sobre normas e legislação;	Todos os municípios da região	Curto prazo	1 milhão	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio; DEMA;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
	Apoiar tecnicamente a implantação de centro de reabilitação da fauna silvestre, com a definição das áreas de soltura da fauna silvestre apreendida ou reabilitada;	Todos os municípios da região	Curto prazo	1 milhão	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio; Eletronorte;	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
	Implementar protocolos de manejo e monitoramento de crocodilianos na Região do Lago de Tucuruí;	Todos os municípios da região	Médio prazo	2 milhões	SEMAS; IBAMA; SEMMA;	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
								615	Atividades econômicas relacionadas a uso público nas unidades de conservação federais ampliadas por meio de publicização.

conclusão

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado	Potenciais Parceiros				
				R$	Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Mais censos deveriam ser específicos por UC Realizar censos populacionais de UC em áreas estratégicas;	Todos os municípios da região	Médio prazo	milhão	SEMAS; IDEFLORBio; IBAMA; SEMMA; ICMBio;	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1060	Unidades de conservação (UC) e áreas importantes para a conservação de espécies ameaçadas ecologicamente restauradas.
	Promover a regularização fundiária urbana e rural, nas ilhas e áreas rurais, priorizando as áreas de conflitos;	Todos os municípios da região	Médio prazo	20 milhões	ITERPA; INCRA; SPU;	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1171	Territórios quilombolas reconhecidos para regularização fundiária
								1589	Terras públicas com destinação definida pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD) e/ou pelas câmaras estaduais de destinação de terras
								1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
						MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1054	Regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, no interior de imóveis rurais, monitorada.
	Criação dos grupamentos de emergência (corpo de bombeiros) e proteção ambiental para atuação em casos de incêndio e desastres ambientais;	Todos os municípios da região	Curto prazo	70 milhões		MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1015	Alertas de desmatamento dos sistemas de detecção oficiais classificados por nível de prioridade para a fiscalização.
								1019	Mapa mensal preditivo de risco de desmatamento no bioma Amazônia.
								1027	Planos de Prevenção e Controle do Desmatamentos (PPCD) da Amazônia Legal, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pantanal, da Caatinga e do Pampa monitorados, avaliados e atualizados.
								1199	Florestas públicas federais destinadas, contribuindo para a conservação e recuperação dos ecossistemas, o reconhecimento de direitos territoriais e a prevenção e controle do desmatamento

ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS DO PIDSLT

continua

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDSLT-PA (Elaboração do Plano)	Dificuldades na obtenção de dados confiáveis e informações sobre a região do Lago de Tucuruí	Dificuldade de acesso aos dados; uso de dados incompletos	Panorama pode divergir da realidade	3	10	30	RM	Mitigar	Buscar informações junto às instituições que atuam na Região do Lago de Tucuruí. Buscar estudos realizados	Técnico
	Fragmentação institucional	Sobreposição de competências entre União, estados, municípios e órgãos setoriais, dificultando pactuação de diretrizes e prioridades.	Obstrução dos trabalhos	3	10	30	RM	Mitigar	Sudam intensificar os trabalhos de articulação buscando a integração que norteia os trabalhos.	GAB/DICOL
	Pouca participação e engajamento dos atores regionais	Documento sem o respaldo dos atores locais	Desconhecimento do Plano pelos atores locais	4	10	40	RA	Eliminar	Seminário (Oficina) com lideranças locais e com os governos para apresentar a proposta do Plano	CGPLA/DPLAN/GOV. PA/ GOV. MUNICIPAIS
	Dificuldade de logística para a realização dos seminários (Oficinas)	Tempestividade para a realização do evento	Seminário ocorrer com recursos limitados/ comprometimento dos resultados do evento	5	10	50	RA	Mitigar	Realizar os seminários (oficinas) em pontos estratégicos e garantir transportes e alimentação aos participantes	DPLAN
	Força de trabalho reduzida	Interrupção ou demora na elaboração do Plano	Dilação do cronograma	8	10	80	RA	Mitigar/Transferir	Atribuir temáticas conforme a formação do técnico/Colaboração externas/ Contratação de consultorias	CGPLA/DPLAN
	Ingerências externas na elaboração do Plano	Interferências político-administrativas	Descaracterização dos objetivos do Plano	2	10	20	RM	Eliminar	Apresentação da proposta do Plano aos gestores das instituições	CGPLA/DPLAN
	Gestores federais, estaduais e municipais não internalizarem as proposta do Plano	Governos não participarem do processo de elaboração do Plano	Plano não ter o reconhecimento dos entres subnacionais	4	8	32	RM	Mitigar	Reuniões de alinhamento e apresentação dos objetivos do Plano aos entes subnacionais	GAB/DPLAN

continuação

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDSLT-PA (Execução do Plano)	Baixa destinação/direcionamento de programas orçamentários e recursos	Dificuldade para implementação das ações previstas	Baixa efetividade do Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer articulação poítica junto aos ministérios e instituições regionais	GAB/DPLAN
	Baixa capacidade operacional dos entes executores	Falta de equipes qualificadas, infraestrutura e processos maduros impede a tradução das diretrizes em projetos viáveis e sustentáveis	Ausência de projetos qualificados que refletam a demanda obtida nas oficinas-escutas ativas realizadas	5	10	50	RA	Eliminar	Firmar parcerias com instituições que capacitem os atores locais na elaboração de projetos/ Contratar consultores para elaborar projetos.	GAB/DICOL e ENTES FEDERATIVOS
	Os responsáveis pela governança do Plano não atuarem satisfatoriamente	Ineficácia do Plano	Baixa efetividade do Plano	3	10	30	RM	Eliminar	Realizar reuniões periódicas para discutir estratégias para a implementação do Plano; se necessário, subsituir membros da governança	GAB/DPLAN
	Pressões setoriais e econômicas conflitantes	tensões entre interesses produtivos, ambientalistas, comunitários e institucionais podem distorcer prioridades e comprometer a coerência das ações.	Dificuldade de avançar com as metas do plano	4	9	36	RM	Eliminar	Reualizar reuniões estrturantes periodicamente enfatizando a importância d seguir cronograma de ações estabelecida pelo comiter gestor do plano	Comitê Gestor do Plano/ SUDAM
	Conjuntura econômica e fiscal desfavorável	Baixo crescimento econômico e queda na arrecadação fiscal	Dificuldade de financiamento da política pública	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer parceriais com instituições nacionais e internacionais de forma a não depender exclusivamente do orçamento público	GAB/DPLAN
	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano em razão de conjunturas político-eleitorais	Baixo engajamento dos novos gestores na execução do Plano	8	10	80	RE	Mitigar	Formar uma governança sólida para o Plano de forma a garantir a continuidade das ações propostas; aprovação do Plano no CONDEL/SUDAM	CONDEL/ SUDAM

conclusão

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDSLT-PA (Monitoramento e Avaliação do Plano)	Dificuldade para obtenção de informações sobre projetos executados	Dificuldade de monitoramento e avaliação do Plano	Relatórios parciais ou incompletos/Reduzido controle da sociedade	8	10	80	RE	Eliminar	Criar pontos focais juntos às secretarias de governos, às instituições regionais, aos ministérios. Estabelecer contatos com lideranças locais	CGAVI/ DPLAN
	Pouca Institucionalização da Cultura de monitoramento e avaliação	M&A ainda é visto como etapa final ou burocrática, e não como processo contínuo de aprendizagem e ajuste estratégico.	Dificuldade/pouco apoio à elaboração de relatórios ocasionando desconhecimento dos resultados do Plano pela sociedade; desinformação sobre a efetividade do Plano	5 8	10	50	RA	Eliminar	Orientar (Demonstrar aos gestores públicos e a sociedade a importância de monitorar e avaliar para uma melhor condução das políticas públicas e, consequentemente, da aplicabilidade do erário onde de fato necessita e o registro do retorno da ação) a gestão pública sobre a importância do monitoramento e da avaliação das políticas tendo como base as fiscalizações dos órgãos de controle	CGAVI/ DPLAN
	Baixa padronização e interoperabilidade de dados	Informações provenientes de diferentes órgãos não se comunicam, limitando análises consistentes de desempenho	dificuldade na obtenção e cruzamento de dados para realização do M&A	6	10	60	RA	Eliminar	Estabelecer um intercambio entre instituições sólida e constante a fim de facilitar a obtenção dos dados com celeridade e confiança.	GAB/ SUDAM , Comitê Gestor do Plano e demais parceiros
	Insuficiência de recursos humanos e financeiros para o monitoramento e avaliação	Não elaboração dos relatórios por falta de pessoal ou de recursos financeiros	Fiscalizações dos órgãos de controle podem estabelecer medidas orientativas ou determinativas junto à gestão responsável pelo Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer grupo de trabalho/ contratar consultorias	CGAVI/ DPLAN

ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDSLT

MRV

CONTRACAPA